



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
3º CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT



TESE REGIONAL POLO DE SINOP

Este Documento é resultado do Seminário Regional de Sinop, englobando Alta Floresta, Colíder, Juara e Sinop. Sendo a base de discussão do Seminário, constituirá o Documento Orientador para a Plenária Final do 3º Congresso Universitário da Unemat.

Comissão Central
Secretaria de Sistematização de Documentos
Agosto de 2017



EIXOS TEMÁTICOS QUE FAZEM PARTE DESTA TESE

- (X) Eixo 1 - Graduação
- (X) Eixo 2 – Pós-graduação
- (X) Eixo 3 - Pesquisa
- (X) Eixo 4 – Extensão e Cultura
- (X) Eixo 5 - Gestão
- (X) Eixo 6 – Política Estudantil
- (X) Eixo 7 – Política de Financiamento

RESUMO

As sugestões recebidas no formato de teses das etapas locais de Alta Floresta, Colíder, Juara e Sinop apresentam elementos para orientar uma proposta de reestruturação da universidade contemplando os sete eixos temáticos propostos para o 3º CONGRESSO DA UNEMAT. Tendo como princípios norteadores: fortalecer a pós-graduação *stricto sensu*, garantir maior vinculação da graduação com a pós-graduação por meio da pesquisa, otimizar formação de acadêmicos, realinhar lotação de docentes, reestruturar os cursos de graduação de modo que tenham ciclos de formação comuns e obrigatórios a todos os cursos, reestruturar as funções administrativas e pedagógicas dos câmpus, núcleos e reitoria, reestruturar as políticas de lotação e qualificação dos PTES, aprovar e instituir seu Regimento Interno, ampliar as políticas de assistência estudantil, definir critérios para realização de investimentos, dentre outras proposições. Em termos metodológicos, as discussões foram realizadas entre docentes, PTES e discentes, utilizando-se como subsídio as proposições do Planejamento Estratégico Participativo (PEP) e o caderno de propostas apresentadas ainda à época do II Congresso Universitário, realizado em 2008. Melhorar a qualidade da Educação Superior do Estado de Mato Grosso, a partir da análise e com base na atual estrutura da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Objetiva conexão entre estes de forma a estimular a formação do pesquisador/docente e a garantir que o ensino de graduação seja contemplado com as mais recentes descobertas na pesquisa acadêmica em nível de pós-graduação. Consolidar e divulgar de forma transparente os conhecimentos adquiridos na universidade para toda a sociedade. Propiciar e dar voz aos atores sociais que estão envolvidos nos processos de ensino, pesquisa e extensão cotidianamente. Propõe o estabelecimento da fixação de uma taxa de no mínimo 5,0% (cinco) do orçamento anual da UNEMAT destinada exclusivamente à aplicação em infraestrutura física dos *Câmpus*. Os resultados são apresentados em formato de propostas em cada eixo temático, salientando que há uma complexidade nos processos de discussão, isso porque pensar a universidade envolve múltiplas formas de pensar, recursos, políticas de gestão, políticas públicas e muitas variáveis difíceis de compreender a própria identificação e suas relações. Contudo, acredita-se que o esforço foi salutar para pensar as limitações e possibilidades de atuação profissional em cada eixo temático por todas as categorias de trabalho e dos próprios usuários dos serviços prestados pela instituição.



INTRODUÇÃO

A universidade é uma instituição de ensino superior que tem a prerrogativa de desenvolver ensino, pesquisa e extensão, bem como gerir essas funções, com qualidade. As proposições buscam atribuir perfil de qualidade à Universidade do Estado de Mato Grosso, numa reestruturação que compreende os sete eixos definidos para discussão no III Congresso Universitário.

As propostas visam a reestruturação das atividades de graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão e gestão da universidade, bem como de ações voltadas à assistência estudantil e financiamento. Alicerçam principalmente na reestruturação de cursos de graduação, dos câmpus universitários, das estruturas administrativas, da redefinição dos critérios de lotação de docentes e PTES, bem como, das políticas de avaliação, de modo a possibilitar que a universidade alcance novos patamares de qualidade.

São necessárias mudanças que possibilite ao Diretor de Unidade Regionalizada Administrativa (DURA) a conclusão das ações planejadas e permitam organicidade das relações administrativas entre o planejamento e as execuções, mediadas por políticas sustentadoras dos gestores. Proposição de que seja alterado o tempo de mandato do cargo, concomitante com a duração do cargo de Diretor Político Pedagógico e Financeiro (DPPF), mantendo a permanência de eleições independentes. Propõe a divisão da execução do orçamento e do financeiro para que a DURA possa executar as ações relacionadas com o orçamento e a DPPF as relacionadas com o financeiro.

Garantia do auxílio alimentação e moradia aos acadêmicos como finalidade de seguridade social e alimentar. Esses auxílios são necessários, uma vez que o número de evasão nos cursos de graduação a cada ano que passa, se torna uma triste realidade nas universidades públicas brasileiras. Muitos municípios não dispõem de transporte público, o que gera dificuldades de locomoção aos alunos para universidade, sendo necessário a criação de uma política específica.

Propõe-se a criação de uma Política de Integração do Egresso com o Ambiente Acadêmico, Corporativo e Empreendedor para que a universidade possa acompanhar e encaminhar por meio de parcerias empresariais e institucionais os seus egressos à continuidade na vida acadêmica, mercado de trabalho e no empreendedorismo. Deste modo haveria também a certeza da inserção do acadêmico na vida profissional, colocando em prática o conhecimento adquirido no âmbito acadêmico e a criação de um elo entre aluno e instituição, A universidade pública tem o dever de se atualizar, considerando os avanços feitos ao longo do tempo: é necessário interagir com a sociedade.

Os eixos sobre os quais toda a universidade se articula, GRADUAÇÃO e PÓS-GRADUAÇÃO compreendem o cerne da academia, de modo que um ensino forte e articulado deve ser entendido como alicerce para o sucesso de toda a universidade. Porém, temos notado que, não raramente, esses dois eixos apresentam-se pouco conectados no dia-a-dia da UNEMAT. A grande maioria dos pós-graduandos vivencia momentos acadêmicos com os graduandos somente quando realizam estágio de docência. Uma parcela ainda pequena dos graduandos participa do dia-a-dia dos laboratórios de pesquisa - geralmente apenas aqueles que possuem bolsa de Iniciação Científica ou que estão realizando estágio obrigatório. Entendemos que é preciso muito mais articulação, pois essa poderá ser uma ponte importante entre o que é



produzido em termos de pesquisa e o que será de fato incorporado ao ensino de graduação. Além disso, devemos destacar a importância da universalização das pesquisas realizadas na universidade através de textos de divulgação de ciência, acessíveis para a população em geral. Nesse sentido, acreditamos ser relevante a existência de diretrizes, na UNEMAT, que possam fortalecer a conexão entre graduação, pós-graduação e sociedade.

Desde o período de criação da UNEMAT e instalação dos atuais Câmpus nos respectivos municípios mato-grossense é clara a tamanha deficiência de infraestrutura em cada um deles. Desde então tal demanda continua cada vez mais reprimida e com grandes dificuldades de superação, o que impede a consolidação com qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição. Isso deve ao fato de nunca haver a programação de uma reserva orçamentária anual da Universidade destinada exclusivamente ao investimento em infraestrutura. Estruturação física de todos os Câmpus da UNEMAT e capacidade para atender as suas demandas futuras é imprescindível à fixação de taxas repasses do orçamento anual da instituição destinado exclusivamente ao investimento. Sendo assim, torna-se possível a elaboração de programações anuais de ações em cada um dos centros universitários, considerando a necessidade e prioridade de cada um deles. Dessa forma, ao longo do tempo os centros universitários da instituição terão condições financeiras de atingir a tão esperada estruturação física básica e essencial para o pleno funcionamento das atividades acadêmicas.



OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Contribuir para o aperfeiçoamento dos serviços prestados pela Universidade do Estado de Mato Grosso, favorecendo, desta forma, a melhoria da qualidade de Ensino até que se atinja a excelência. Melhorar a qualidade da educação superior ofertada por meio do fortalecimento e da valorização isonômica entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Propor melhorias na qualidade da Educação Superior Estadual, especificamente na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Propor uma reestruturação da universidade de modo a alcançar maior atuação institucional junto à sociedade

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Garantir a autonomia dos câmpus em decisões, como a forma de aplicação de recursos destinado ao auxílio alimentação. Estabelecer um percentual mínimo da receita da Universidade destinados a políticas estudantil como moradia, alimentação, esporte e eventos que vise a promoção de condições de permanência na universidade.

Garantir que o ensino de graduação seja contemplado com as mais recentes descobertas na pesquisa acadêmica em nível de pós-graduação; Proporcionar a consolidação da formação do pós-graduando, pelo exercício da sua capacidade de ensinar e defender seus métodos e resultados experimentais; Repassar para a comunidade não acadêmica o resultado alcançado nas pesquisas, através de textos de divulgação científica.

Garantir que a UNEMAT apresente reserva financeira própria direcionada exclusivamente para solucionar as suas demandas por infraestruturas; Possibilitar a programação ao longo do tempo da estruturação física básica e essencial de cada Campus. Atender a demanda regional em atenção ao perfil socioeconômico de cada campus da UNEMAT; Propor instrumentos de acompanhamento da aprendizagem dos acadêmicos; Maior divulgação do vestibular - *Marketing* da universidade e dos cursos oferecidos. Acompanhar e avaliar as atividades docentes trabalhadas, bem como propor intervenções que valorizem o acesso e a permanência dos alunos cotistas do ingresso à conclusão.

Garantir o acesso e a permanência de alunos indígenas, quilombolas e do campo; Possibilitar o desenvolvimento da formação integral dos acadêmicos; Possibilitar dedicação exclusiva aos professores para dedicação de Atividades de Ensino; Viabilizar o intercâmbio entre pesquisadores da UNEMAT, bem como melhorar suas condições de trabalhos.

Garantir aporte financeiro próprio da UNEMAT para fomento dos projetos de pesquisa; Assegurar o princípio da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão; Afiançar carga horária para os professores pesquisadores contratados desenvolverem projetos de pesquisa. Fortalecer os Programas de pós-graduação lato e stricto sensu da UNEMAT; Possibilitar que os acadêmicos que tenham vínculo empregatício, participem dos editais de processos seletivos internos da UNEMAT; Incentivar o envolvimento dos professores nos cursos de pós-graduação lato sensu.

Garantir que os gestores participem dos processos decisórios relacionados aos aspectos financeiros, administrativos e pedagógicos, envolvendo o ensino a pesquisa e a extensão, que afetam diretamente os câmpus universitários; Garantir o número de



conselheiros necessários para composição dos diferentes órgãos colegiados nas unidades regionalizadas.

Garantir a participação de professores e profissionais PTES contratados nos órgãos colegiados e processos decisórios (garantia do direito a voto); Criar setores descentralizados para as licitações.

Garantir a instalação, manutenção e inovação das estruturas de tecnologia da informação e comunicação; Garantir autonomia financeira e orçamentária para as unidades regionalizadas.

Garantir dotação financeira e orçamentária para melhorias constantes nos aspectos infraestruturais dos câmpus.

Garantir que todos os Professores tenham oportunidades de propor e desenvolver projetos de ensino pesquisa e extensão; Criar uma política de rotatividade de cursos que atenda as demandas formativas nas unidades regionalizadas; Criar infraestrutura voltada para humanização dos espaços para prática desportiva em todos os Câmpus.

Definir uma estrutura organizacional Básica para implementação/execução de quaisquer estruturas: Campus, Núcleos, turmas fora de sede, turmas especiais, FAMA e outras modalidades de cursos que a UNEMAT tenha ou crie.

Alteração na estrutura organizacional da Universidade para a inclusão, Criação, e redistribuição no número de diretorias e supervisões para garantir uma estrutura padronizada nos câmpus.

Alterar a duração do mandato da DURA para 04 (quatro) anos com eleições concomitantes à DPPF e com eleições independentes sem a criação de chapas eleitorais no segundo semestre do ano anterior ao ano da posse dos diretores; Tornar a DURA responsável pela execução orçamentária e o cargo de DPPF permanecer na execução financeira como ordenador de despesas.

Criar a Política de Integração do Egresso com o Ambiente Acadêmico, Corporativo e Empreendedor para permitir aos egressos informações, orientações e acompanhamento para a continuidade da vida acadêmica, oportunidades no mercado de trabalho e como empreendedores.

Criar política específica de re-oferta de disciplinas para discentes reprovados, mas com frequência suficiente, visando reduzir os gastos públicos com contratação de professores e melhor aproveitamento da infraestrutura.

Criar uma escola de extensão junto à Unemat, visando o oferecimento de cursos na modalidade *latu sensu* pagos; Fortalecer o mecanismo de avaliação institucional docente, com a instituição de políticas de qualificação visando a atualização profissional.

Maior rigor quanto ao controle das atividades de docentes em Regime de Dedicção Exclusiva; Sugerir com base em discussões de âmbito local formalmente as ideias de consenso para futuras implementações na Universidade; Fomentar em esfera regional as discussões para melhoria das proposições e para que sejam efetivadas na Universidade.

Garantir que formação seja realizada de forma ampliada, com integração de cursos de áreas de conhecimento afins.

Garantir que a formação universitária, em todos os cursos, compreenda conteúdos voltados à formação humana, social, científica e crítica (básica) do aluno;



Fortalecer os cursos de licenciatura, de modo que continuem sendo a identidade de formação da Unemat.

Garantir que a formação de professores nos cursos de licenciatura atenda as DCNs e que compreenda conteúdos comuns a todas as licenciaturas; Estabelecer matrizes curriculares de referência para todos os cursos de graduação da Unemat.

Garantir que todos os conteúdos exigidos por lei (CNE/CEE) sejam inseridos na matriz dos cursos de graduação;

Redefinir política de ingresso de alunos na Unemat; Fortalecer e ampliar as linhas de pesquisa na graduação e na pós-graduação; Fortalecer a criação de projetos de pesquisa na graduação e na pós-graduação, de forma vinculada; Fortalecer a realização de atividades artísticas, culturais e esportivas na universidade; Realocar os cursos com baixa procura; Reestruturar os cursos estabelecendo suas disciplinas por áreas e subáreas de acordo com os critérios de classificação do CNPq.

Instituir o Regimento Interno; Instituir política de qualificação profissional de acordo com áreas profissionais; Estabelecer lotacionograma de todos os cursos, por disciplinas e respectivas áreas.

Reestruturar a política de avaliação institucional (avaliação interna); Estabelecer representação paritária entre docentes, PTES e discentes nos conselhos superiores; Estabelecer que cada campus tenha, no mínimo, um representante de cada segmento – docente, PTES e discente – nos conselhos superiores (CONEPE e CONSUNI); Estabelecer limite percentual para gastos com folha de pagamento e percentual mínimo do orçamento para investimento.



METODOLOGIA

Toda metodologia utilizada na condução do Seminário Regional foi embasada na Resolução Nº 015/2016-CONSUNI, Resolução Nº 016/2016-CONSUNI e Resolução Nº 040/2016 AD Referendum do CONSUNI e no Guia Orientativo para os Seminários Regionais. A mesa condutora foi formada por um coordenador, um relator e dois secretários, todos integrantes da Comissão Organizadora Central. No primeiro dia de evento, após a verificação do quórum, foi apresentado pela Comissão Organizadora essa metodologia de trabalho, bem como o resumo do Documento Orientador. Os delegados presentes então, validaram a metodologia e votaram a forma de escolha dos delegados integrantes de cada GT, de forma que atendesse no mínimo, um delegado de cada uma das unidades que compõe a regional e no mínimo, um delegado de cada segmento, independente da unidade. Após a composição dos GTs, os delegados foram instruídos a indicar, em formulário próprio, o coordenador, o relator e o secretário de cada GTs. Assim, teve início no primeiro dia, o trabalho de análise dos GTs, tendo como base o quadro de extrato do documento orientador, acrescido de uma linha abaixo de cada proposição, em que o GT deveria incluir sua análise. Os trabalhos dos GTs se estenderam até o período matutino do segundo dia de evento, iniciando os debates da plenária no período vespertino. Nesse momento, a apresentação de cada Eixo foi realizada pelo relator do GT, expondo qual a análise feita por esse. Após a apresentação de cada proposição, a mesa coordenadora abriu as discussões, em que os delegados puderam fazer inserções de mesmo objeto nas proposições, quando da não concordância com a análise do GT ou da proposição inicial. Findando as discussões, cada proposição foi colocada em votação, votando-se em separado a proposição original, a proposta do GT e as inserções da plenária. Foram consideradas aprovadas as proposições com a maioria simples dos votos dos presentes. Ao final das discussões e votações de todas as proposições que compunham cada Eixo, esse também foi colocado em votação, tendo sido todos aprovados pela plenária. Após a aprovação de todos os eixos, da Tese Regional e da Ata, a mesa condutora declarou o evento encerrado.



JUSTIFICATIVA

O Congresso Universitário define as macro políticas da universidade e conforme Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT (RESOLUÇÃO Nº 002/2012 – CONCUR) “com representação paritária da comunidade acadêmica e com participação da sociedade”. A UNEMAT, como uma instituição pública, tem o dever de promover e necessita estimular o interesse do cidadão em cursar uma graduação, e quando se mostrarem interessados, propiciar aos interessados as condições de permanência nos cursos de graduação, principalmente aos alunos de graduação integral, uma vez que devido ao período em que estudam impossibilitam que trabalhe e se mantenham, tendo que muitas das vezes fazer a escolha de sobreviver e trabalhar ou dedicar aos estudos.

As proposições justificam-se pela relevância da posição da Unemat no oferecimento de cursos de graduação, pós-graduação, ensino e pesquisa no Estado de Mato Grosso, em nível nacional e internacional diante da possibilidade de mobilidade acadêmica, pesquisadores e extensionistas oferecendo a vários estados e países o conhecimento científico, multicultural e inclusivo que se tornam diferenciais da instituição.

Justificam-se ainda pela possibilidade de a comunidade acadêmica desenhar os caminhos a serem percorridos pela Instituição no seu processo de desenvolvimento e consolidação, amparando-se em eixos abrangentes, referenciais e essenciais para a construção da UNEMAT democrática e que atenda com qualidade a comunidade em suas especificidades locais e regionais.

EIXO 1 – GRADUAÇÃO

A universidade precisa garantir, a seus alunos, que a formação universitária, em todos os cursos, compreenda conteúdos voltados à formação humana, social, científica e crítica (básica) do aluno (p. ex., origem e evolução do conhecimento, metodologia científica, elaboração de textos acadêmicos, lógica, formação social, econômica e política do Brasil etc.). Do mesmo modo, é necessário garantir que a formação de professores atenda as DCNs e que compreenda conteúdos comuns (filosofia, psicologia e sociologia da educação, política e legislação educacional, avaliação da aprendizagem, história da educação, libras, educação e relações étnico raciais, etc.) de modo que haja primeiro a formação em fundamentos antes de se iniciar a formação específica (por área) de cada curso. Uma das proposições é garantir que os conjuntos de disciplinas comuns a 2 ou mais cursos de graduação em áreas afins sejam oferecidas em bloco, logo após o ciclo básico, e em vários horários, efetivando o regime de créditos. Assim, as proposições são:

- Implantar formação nos moldes dos bacharelados interdisciplinares no que se refere às disciplinas comuns a 2 ou mais cursos de graduação de áreas fins.
- Implantar ciclo de formação inicial e comum a todos os cursos de graduação.
- Implantar, no caso das licenciaturas, ciclo de formação subsequente de formação comum a todas as licenciaturas (além do ciclo inicial básico). Atender a escassez de professores nessas áreas, e propiciar melhor aproveitamento de disciplinas que são comuns a 2 ou mais cursos (oferecidas ao mesmo tempo, no mesmo ciclo de formação).



- Implantar formação integrada em cursos de licenciatura (p. ex., matemática e física, química e biologia, letras português e inglês, etc.).

Considerando que a Unemat não possui modelo para a elaboração dos PPCs de seus cursos de graduação (o que permite a existência de variados perfis de projetos), e que os PPCs atualmente em vigência não mais atendem às recentes exigências do CEE/MT, recomenda-se a definição de um modelo de PPC com o objetivo de se estabelecer um modelo unificado e com a devida identidade institucional para os projetos pedagógicos dos cursos da Unemat e, ao mesmo tempo, se atender às recentes exigências do CEE para a elaboração dos mesmos: o currículo deve contemplar conteúdos sobre educação ambiental (Lei 9.795/1999, Decreto 4.281/2002 e Resolução CNE/CP 02/2012), diversidade étnico-racial, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei 11.645/2008 e Resolução CNE/CP 01/2004.), Educação das Relações Étnico raciais, Educação em Direitos Humanos e ética socioambiental das atividades profissionais (essas estabelecidas pela Resolução Normativa 002/2014–CEE/MT), atendimento de portadores de deficiência, entre outros temas, e que os PPCs dos cursos de licenciatura estejam de acordo com as exigências da Resolução CNE/CP nº 2/2015, considerando que o prazo para as adequações é 2017. Dessa forma é possível garantir que haja uma identidade na formação dos cursos, e que as eventuais alterações de PPCs sejam feitas tendo-se como parâmetro essa matriz de referência, possibilitando efetivar o regime de créditos, transferências, e otimizar o tempo de formação do aluno.

Outro aspecto fundamental é que, de forma equivocada, as disciplinas eletivas têm sido criadas como disciplinas obrigatórias, muitas vezes, até mesmo já pré-definidas no PPC. Deve ser previsto, no currículo, disciplinas eletivas de áreas afins, e livres (qualquer área), e que a ênfase nas disciplinas a serem incluídas se dê com base nas áreas de interesse de pesquisa dos professores (linhas), buscando, também, subsidiar a continuidade da pesquisa na pós-graduação. As proposições são:

- Estabelecimento de matriz curricular de referência para os cursos de graduação da Unemat.
- Redefinir lógica de estabelecimento de disciplinas eletivas.
- Garantir que todos os conteúdos exigidos por lei sejam inseridos na matriz dos cursos de graduação.
- Adequação das matrizes curriculares dos cursos de licenciatura às exigências do Conselho Nacional de Educação - Resolução CNE/CP nº 2/2015.
- Estabelecer critérios e percentual-limite para alterações nas matrizes curriculares dos cursos (autonomia dos NDEs e colegiados de curso) para inclusão de disciplinas de acordo com a organização didático-pedagógica por áreas.

Todas essas ações buscam propiciar estabilidade nas políticas de ensino de graduação, evitando-se ações paliativas e “remendos”.

Outro aspecto consiste em garantir que se mantenha a formação de professores como uma das principais identidades da Unemat, fortalecendo-a por meio de sua vinculação com a oferta de pós-graduação stricto e lato sensu. Assim, propõe-se:

- Garantir que todos os câmpus ofereçam cursos de licenciatura. Criar, em todos os câmpus, escolas de aplicação para atender as licenciaturas.

Na sequência, é necessário que se reestruturem os cursos de graduação, estabelecendo suas disciplinas por áreas e subáreas de acordo com os critérios de



classificação do CNPq, de modo a reestruturar o lotacionograma de docentes de acordo com essas áreas/subáreas e, assim, garantir, também, maior coerência na abertura de concursos públicos por área. Assim, propõe-se que:

- Classificar áreas e subáreas das disciplinas de acordo com os critérios de classificação do CNPq. Os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de graduação estão defasados no que se refere ao atendimento das exigências estabelecidas pela legislação nacional e estadual no que diz respeito à estrutura e conteúdo curriculares.

Quando se tentou fazer ingressos alternativos, através de análise de currículo, as vagas foram preenchidas, porém, com grande quantidade de desistências, ou seja, o problema das vagas ociosas não foi resolvido e inúmeros municípios do estado necessitam de cursos de graduação nestas áreas. Para sanar este problema esta proposta pretende criar uma nova modalidade de ensino, os Cursos Rotativos. Estes são cursos fixos em uma determinada faculdade e oferecidos em diversos locais com o quadro de professores efetivo do curso. Acreditamos que turmas únicas devem reduzir a quantidade de vagas ociosas por serem oferecidas de acordo com as demandas locais, sem saturar o mercado de trabalho das regiões, proporcionando mais oportunidades de emprego aos egressos. Nesta proposta, as atividades de ensino, seriam oferecidas em câmpus e/ou núcleos pedagógicos de forma alternada, totalizando 8 ou 10 turmas simultâneas, de acordo com a duração do curso, 4 ou 5 anos. Destas turmas, ao menos uma a cada 2 anos deve ser oferecida no câmpus onde a faculdade está vinculada e as demais devem ser oferecidas de acordo com as demandas regionais.

Quanto às atividades de pesquisa e extensão, os professores devem realizá-las no câmpus onde a faculdade está vinculada. A gestão de todas as turmas é feita pela coordenação de curso e colegiado de curso nos moldes de um curso "regular". Assim, as atividades de ensino, pesquisa e extensão são preservadas para todos os professores. As despesas de locomoção e estadia dos professores é feita com recursos da UNEMAT ou em parceria com as prefeituras nas regiões onde os cursos serão oferecidos.

Um Curso Rotativo pode ser criado a partir de novas demandas ou com a transformação de Cursos "Regulares" em Cursos Rotativos, de acordo com a quantidade de vagas ociosas que os cursos têm. Por exemplo, um curso "regular" que está a 4 ingressos sem preenchimento de suas turmas pode ser transformado em um curso rotativo oferecendo uma entrada anual no câmpus de origem e uma entrada em um núcleo pedagógico/câmpus externo, caso, mesmo assim, permaneça com vagas ociosas no câmpus de origem, deve-se aumentar o intervalo das ofertas. Desta forma acreditamos que possamos atender uma quantidade maior de matogrossenses sem encarecer a folha de pagamento da instituição e aumentar a relação de ingressantes/concluintes dos cursos.

Criação da Modalidade de Cursos Rotativos, definindo-se critérios para se realizar rotatividade de cursos (atendimento de demandas pontuais extracâmpus).

Propõem-se políticas de oferta de cursos rotativos, com turmas fora de Sede, por demanda regional; normatizar e institucionalizar a criação e remanejamento de cursos da UNEMAT; Nos câmpus onde houver a migração definitiva de cursos regulares para outra localidade, garantir dois cursos de turma única, para cada curso migrado; fortalecimento de políticas e programas de acompanhamento dos ingressantes;



política de *Marketing* da universidade e dos cursos oferecidos; reformulação do sistema de ingresso no vestibular para que o candidato possa optar por dois cursos; oferta de vestibular de ingresso gratuito para alunos de escola pública; criação de políticas de valorização e incentivo as atividades artístico-culturais e desportivas envolvendo acadêmicos dos diversos câmpus; política de financiamento para atividades complementares; fortalecimento e criação de novas políticas e programas de acompanhamento dos ingressantes; formação do estudante universitário tendo como base a perspectiva multidimensional (técnica, humana, política, e sociocultural; revisão/regulamentação dos critérios que validam a dedicação Exclusiva Docente.

Atualmente, a Unemat realiza um programa de Avaliação Institucional, por meio da Comissão Própria de Avaliação – CPA, que mobiliza toda a comunidade acadêmica.

Os dados compilados pela comissão são encaminhados aos coordenadores do curso de graduação. Apesar de todo este investimento de tempo e recursos, não há, a rigor, nenhuma política efetiva de utilização deste diagnóstico na melhoria continua dos cursos de graduação. Desta forma, sugere-se a implementação de uma política efetiva de atualização pedagógica aos docentes que tiverem, reiteradamente, baixa pontuação nesta avaliação. Sugere-se que seja exigido do docente nesta condição um curso de atualização pedagógica. Assim, espera-se uma maior preocupação dos docentes quanto à qualidade de suas aulas e da atualização do conteúdo de suas disciplinas.

EIXO 2 - PÓS-GRADUAÇÃO

A universidade pública deve se fortalecer naquelas atividades que os demais tipos de Instituições de Ensino Superior não podem (ou não possuem prerrogativas legais) realizar: pós-graduação em nível *stricto sensu* e pesquisa. O princípio é de que a graduação e a pós-graduação tem de se fortalecer mutuamente.

A pós-graduação é criada de forma vinculada à graduação. Outro aspecto fundamental é garantir que todos os professores deem aulas na graduação, inclusive aqueles que estão na pós-graduação, bem como abolir a dispensa de disciplinas na graduação devido à orientação na pós-graduação.

O foco é fortalecer a vinculação da graduação com a pós-graduação, e a formação de pesquisadores desde a graduação, e evitar que tenhamos uma pós-graduação de boa qualidade e uma graduação de não tão boa qualidade quanto. As medidas propostas são: Criar mecanismos que garantam a mesma qualidade de ensino (recursos humanos, infraestrutura, etc) na graduação e na pós-graduação. Quanto mais o discente se relaciona com o ambiente acadêmico e “vive a universidade”, mais ele(a) entende a sua importância naquele meio. Uma dessas formas de relação seria a sua imediata inserção em grupos de pesquisa. Isso faz com que o acadêmico se envolva cada vez mais no meio que será um dos mais importantes de sua vida. Além disso, haveria também um sentimento de compromisso pela universidade catalisado por essa inserção, podendo assim fortalecer vínculos e reduzir o desinteresse que muitos acadêmicos demonstram pelo curso e/ou pela universidade, ou até mesmo criar dentro de si a sensação de que este é o curso certo para ele, mesmo não sendo o que lhe era sonhado. Nesse sentido, uma relação mais forte com a pesquisa e com a pós-graduação pode, inclusive, reduzir a evasão dos graduandos da UNEMAT.



Uma pós-graduação hoje no Brasil é autorizada e avaliada pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que atribui notas de 1 a 7, sendo 3 a mínima para autorização de início de curso em nível de mestrado. Para o programa pleitear o nível de doutorado, comumente deve-se ter nota mínima 4 no curso de mestrado em andamento, ou em raros casos, se a instituição apresentar avanços significativos na área de pesquisa e tiver estrutura para tal, poderá ser aprovado o doutorado direto, como, por exemplo, o curso de doutorado em Ciência do Sistema Terrestre do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Acredita-se que, para uma consolidação dos programas de pós-graduação da UNEMAT e fortalecimento de seus vínculos com a graduação, devem ser adotados regimes de comunicação das pesquisas concluídas para com o estado, buscando sanar problemas encontrados no meio em que está inserido. Além disso, é necessário valorizar a internacionalização de pesquisadores, palestrantes e, o mais importante, enviar pós-graduandos como bolsistas-sanduíche não somente a outros países, mas também para universidades brasileiras reconhecidas pelas pesquisas que desenvolvem na respectiva área. Isso serviria para que o discente do programa se iniciasse como pesquisador buscasse meios de incentivo e reservasse fundos para que cada um participasse ao menos uma vez de congresso nacional ou internacional na sua área de pesquisa. Ao término de sua dissertação ou tese, depois de aprovado no exame de qualificação, o mesmo deveria obrigatoriamente, antes da defesa final, submeter um artigo em revista científica indexada de sua pesquisa, sendo no mínimo de estrato Qualis Capes B2 e B1 na área do programa para obtenção do título de mestre e doutor, respectivamente. Essa política se encaixa na produção intelectual do curso como um todo.

Após essas iniciativas, espera-se uma avaliação trienal justa para com o programa, o qual, após atender os quesitos mínimos exigidos pela CAPES, poderia pleitear avanços no programa com mais bolsas, infraestrutura, autonomia financeira, PROEX (Programa de Excelência Acadêmica, disponível para cursos com conceito CAPES 6 ou 7), dentre outros.

Fortalecimento de Políticas de apoio aos Programas de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu da UNEMAT; criação de políticas que favoreçam parcerias com poder público para oferta de Pós-graduação Lato e Stricto Sensu que atendam as demandas da Administração Pública; democratização dos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu ofertados pela Unemat de forma a atender a demanda regional dos câmpus universitários.

EIXO 3 – PESQUISA

Na área de pesquisa é necessário o incentivo à elaboração de projetos de pesquisa que fortaleçam novas linhas de pesquisa, considerando a interlocução de docentes de diversos cursos e áreas, possibilitando a criação de mais linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação stricto sensu.

Conhecer os pontos fortes de pesquisa de cada campus, reunir o que pode ser afim, criar grupos de pesquisas, promover que os pesquisadores de um mesmo campus se conheçam e possam produzir juntos é um dos caminhos possíveis. De modo conjunto, é necessário que haja orientação para a elaboração de projetos de pesquisa voltados a agências de financiamento e à captação de recursos externos. Assim,



propõe-se: Estimular criação de projetos de pesquisa interdisciplinares, compreendendo professores de 2 ou mais cursos, de acordo com áreas de conhecimento afins. Criar escritório para qualificar a elaboração de projetos de pesquisa voltados a agências de financiamento e à captação de recursos externos. Promover inicialmente seminários locais (depois regionais) por grande área de conhecimento (exatas, humanas, biológicas, sociais) para socializar e fomentar a criação de grupos de pesquisa inter câmpus e interdisciplinares. A pesquisa científica é alavancada fortemente quando em um mesmo centro encontra-se um curso de pós-graduação. A partir desse momento, a inserção de graduandos neste meio pode provocar o interesse futuro do mesmo em concorrer a uma vaga no curso, não somente por interesse em bolsa de estudo (o que vem ocorrendo com muita frequência), mas também pelo amor à pesquisa que poderá surgir ao longo do tempo.

Alunos de graduação que tenham vínculo com programas de pós-graduação e seus discentes podem não somente auxiliar nas pesquisas, mas também utilizar parte desse conhecimento em seu TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Aqui, poderá se iniciar a habilidade do pós-graduando em atuar como orientador, uma vez que ele, embora não possa atuar como tal, adquirirá experiência para, futuramente, exercer esse papel.

O fomento é a engrenagem essencial de uma pesquisa científica de qualidade. Pesquisadores buscam agências de fomento principalmente para obter êxito em gerir e conduzir as atividades de seus laboratórios. Atualmente, os órgãos de financiamentos no Brasil estão cada vez mais escassos e, ao abrirem editais, além da concorrência ser esmagadora, algumas vezes a forma de avaliação de um determinado projeto pode não ser justo, fazendo com que as pesquisas e pesquisadores sejam prejudicados. Os órgãos que financiam pesquisas hoje são CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e FAPEs (Fundações de Amparo à Pesquisas). Por outro lado, quando se trata de montantes milionários ou até mesmo de suporte a construções, o principal órgão de fomento é a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) do governo federal. No entanto, neste modelo de projeto espera-se abranger diversas áreas de pesquisa para que ocorra a aprovação e somente por meio de inscrição CNPJ (instituição) e via reitoria é que existe a possibilidade de envio. Consequentemente, com mais financiamentos que a universidade tem e/ou um determinado laboratório, as chances de poderem oferecer bolsas de iniciação científica aos alunos de graduação aumentam consideravelmente, tendo como pensamento circular para com a relação graduação e pós-graduação.

Propõem-se reestruturação da política de infraestrutura e apoio aos grupos de pesquisa; institucionalização de financiamento próprio; possibilidade de os Técnicos Administrativos da Educação Superior desenvolver pesquisa; possibilidade de o Técnico Administrativo dedicar-se 10 (dez) horas semanais para participar de projetos.

EIXO 4 - EXTENSÃO E CULTURA

A universidade é uma instituição que tem a prerrogativa de propiciar atividades artísticas nos câmpus. É necessário garantir participação acadêmica em eventos culturais e artísticos, bem como a devida discussão sobre a importância da arte na formação humana. Porém, nem sempre os docentes e técnicos são devidamente



instruídos na elaboração e oferta dessas atividades. Da mesma forma, não há uma periodicidade mínima definida para a realização dessas atividades. Assim, propõe-se: Orientar e instruir os câmpus (professores e técnicos) na elaboração de atividades culturais e artísticas.

Criação da Política de Integração do Egresso com o Ambiente Acadêmico, Corporativo e Empreendedor, que justifica-se pela importância dos serviços oferecidos para os egressos, pois os auxiliam em um momento difícil da vida no qual o encontro e aproveitamento de oportunidades fazem a diferença para a continuidade na vida acadêmica ou no ingresso ao mercado de trabalho e empreendedor. Essa política alicerçar-se-ia na criação de um sistema virtual com informações aos egressos sobre as pós-graduações e vagas de emprego, parcerias com as empresas para disponibilizarem suas vagas no sistema virtual e criação de incubadoras de empresas nos câmpus para estímulo do empreendedorismo.

A proposição é um diferencial da instituição na escolha e permanência dos vestibulandos e acadêmicos na Unemat, pois apesar da grande disponibilidade de informações proporcionada pelo avanço tecnológico, as pessoas ainda perdem oportunidades por desencontro ou ausência de informações. Para tanto se propõe a criação de um Sistema de Integração do Egresso com o Trabalho e Academia da Unemat – SIETA, que funcionaria como um portal completamente voltado para os interesses dos egressos, com informações sobre como e onde encontrar as seleções atualizadas para pós-graduação por área de interesse e vagas de empregos. Para isso também seria necessário firmar parcerias com as empresas para que elas disponibilizassem suas vagas de empregos no SIETA, além de estimular a criação de vagas como vínculo *trainneer*, oferecer serviços às empresas como palestras ou organização de seleções e treinamento em forma de projetos de extensão de professores e servidores. O sistema funcionaria com o cadastro e detenção de senhas para acesso das empresas e dos egressos com a utilização do *currículo lattés*. Ou seja, a etapa de cadastro do currículo até a comunicação da etapa presencial de seleção seria virtual o que pode facilitar o contato inicial de egressos e empresas de outros municípios. O desenvolvimento desse sistema pode contar ainda com um sistema de seleção mediante oferecimento de critérios pré-estabelecidos pelas empresas e sua pontuação.

Já as incubadoras de empresas nos câmpus podem estar voltadas para os cursos com as faculdades instaladas e oferecerem suporte técnico para a orientação e encaminhamento na formação de novas empresas e *startups*. Há uma grande demanda de alunos, principalmente dos cursos de bacharelado, para cursar novamente disciplinas em razão de reprovação por nota. Parte desses discentes cumpriram a carga horária mínima exigida, entretanto não atingiram a nota mínima para a aprovação. Em alguns casos, faz-se necessária a oferta de turmas extras, em razão desta demanda ser superior às vagas oferecidas pelo curso, o que exige a contratação de professor temporário, onerando a instituição.

Em decisão do STF referente ao Recurso Extraordinário (RE) 597854, com repercussão geral reconhecida, foi autorizada a cobrança de mensalidade em curso de pós-graduação lato sensu por universidade pública. Assim, abriu-se a possibilidade da universidade se autofinanciar, ao menos parcialmente, por meio deste tipo de oferta. Sugere-se, portanto, a criação de uma Escola de Extensão da Unemat, que unificaria todos os oferecimentos de curso de extensão, bem como sua gestão financeira,



possibilitando a cobrança de taxa para a própria instituição, que posteriormente faria o repasse às faculdades, visando investimento em pesquisa.

A extensão universitária também surge como importante possibilidade de fortalecimento do vínculo entre graduação e pós-graduação. A união dos agentes envolvidos nessas duas instâncias tem o potencial de otimizar o alcance das pesquisas, as quais não devem se restringir ao âmbito acadêmico. Por exemplo, na área de conservação da biodiversidade, há lacunas sérias entre aquilo que a ciência detecta como prioritário e que os tomadores de decisão entendem como o mais acertado em termos de políticas públicas (Habel et al. 2013). Nesse sentido, artigos de divulgação científica são fundamentais, pois, ao utilizarem uma linguagem mais acessível, poderão sensibilizar importantes segmentos da sociedade para reverter, para essa mesma sociedade, tecnologias ou recomendações que emergiram de um trabalho de pesquisa científica.

EIXO 5 – GESTÃO

Garantir maior vinculação da graduação com a pós-graduação, fortalecendo esta por meio de abertura de cursos *stricto* e *lato sensu*.

Transferir a sede (reitoria) para a Capital do estado, Cuiabá. Por meio da transferência da sede da universidade (Reitoria) para a capital, Cuiabá, será possível garantir articulação política mais próxima entre a universidade e o governo do estado e seus órgãos (SEGES, SEFAZ, SEDUC, entre outros), os quais a Unemat tem interlocução frequente, melhorar acesso às instâncias de Mato Grosso e fora do estado (e vice-versa), e reduzir custos e riscos de deslocamento de servidores diariamente de Cáceres a Cuiabá.

No caso dos câmpus que realizaram seu processo de reestruturação e que definiram por não mais ofertar cursos regulares (oferta contínua), é necessário garantir que a sua estrutura física seja utilizada para atender demandas específicas (turmas especiais, fora de sede, parceladas, etc.). Assim, propõe-se: Reestruturar câmpus que não mais ofertarem cursos regulares (oferta contínua semestral), de modo que sejam ofertados no mínimo 2 cursos (turma fora de sede, ou parcelada, ou UaB) concomitantemente.

É urgente e que se definam as responsabilidades e atribuições das unidades setoriais (o que lhe compete e o que deve fazer) e os requisitos funcionais para o profissional ser lotado na respectiva unidade setorial (perfil profissional e se é função de nível superior, médio ou fundamental), considerando que a universidade ainda não possui essa definição. Constata-se, portanto, a urgência na discussão e aprovação de Regimento Interno da universidade, definindo as diversas instâncias e setores, e respectivas atribuições e responsabilidades, bem como o requisito para ocupação da função (requisito de cargo e de nível/área de formação). Além disso, há um relevante conjunto de funções e unidades setoriais de perfil administrativas e administrativo-pedagógicas que podem ser ocupadas por PTES em cargos de nível superior, em vez de professores, garantindo que PTES de carreira (de nível superior) as ocupem. Dessa forma, propõe-se: Instituir o Regimento Interno.

É sabido que o regime de Dedicção Exclusiva é o regime de trabalho preferencial da Unemat. Entretanto, o cumprimento deste regime é negligenciado pela



instituição, que controla parte das atividades de ensino, via assinatura de livro ponto, e parte das atividades de extensão e pesquisa, via COPAD.

Visando fortalecer as políticas de pesquisa, extensão e pós graduação da instituição, propõe-se que os critérios de avaliação para a manutenção do regime de Dedicção Exclusiva sejam enrijecidos, com a cobrança anual de publicações em periódico e de oferta de atividades de extensão, efetivamente destinadas à comunidade externa.

Possibilitar que PTES possam atuar em projetos de pesquisa e de extensão e cultura, de modo que possa dedicar 10 (dez) horas de sua de sua carga horária semanal para tal.

Em relação a concursos públicos para PTES, propõe-se que o concurso público seja baseado em necessidades efetivas, as quais, por sua vez, serão apontadas a partir das responsabilidades e atribuições de cada unidade setorial. Essas responsabilidades e atribuições devem constar no Regimento Interno da universidade, bem como os requisitos funcionais para o profissional ser lotado na respectiva unidade setorial (perfil profissional para atuar na unidade, se é função de nível superior, médio ou fundamental). Com essa definição, é possível se estabelecer qual o quadro necessário de profissionais para a universidade (quais já estão preenchidos, e para quais ainda há vagas). E, só a partir disso, realizar concurso público.

O concurso público deverá ser, prioritariamente, para profissionais de nível superior, e deve ser realizado somente após o plano de reestruturação definido. Antes de se pensar em concurso, é necessário se pensar em reestruturar a universidade em suas unidades setoriais e se definir, prioritariamente, as responsabilidades e atribuições de cada unidade setorial, as quais devem constar no Regimento Interno da universidade. Em suma, a ordem desse processo é: Reestruturação organizacional (câmpus e sede) > Regimento Interno com responsabilidades e atribuições das unidades setoriais (o que lhe compete e o que deve fazer) > Requisitos funcionais para o profissional ser lotado na respectiva unidade setorial (perfil profissional para ser lotado na unidade, se é função de nível superior, médio ou fundamental) > Estabelecimento do quadro de necessidade de profissionais > Concurso público.

A abertura de câmpus e cursos, bem como de remanejamento de cursos para outros câmpus, devem ser regulamentados com critérios que necessariamente precisam ser respeitados. Assim, propõe-se: Regular abertura de câmpus e cursos, bem como de seu remanejamento para outros câmpus.

Considerando que sábado é dia letivo, é necessário garantir atendimento ampliado das bibliotecas em todos os câmpus. Assim, propõe-se: Possibilitar abertura das bibliotecas aos sábados.

Necessidade de se criar setor de engenharia, obras, infraestrutura e segurança no trabalho que, além de prezar pelo cumprimento das normas, emitirá parecer quando o assunto em discussão (principalmente nos conselhos) for referente à sua área de competência. Assim, propõe-se: Criar unidade setorial de engenharia, obras, infraestrutura e segurança no trabalho.

A avaliação institucional tem o objetivo de, efetivamente, ser um processo no qual se utilizem seus resultados como parâmetros para se melhorar a qualidade do ensino (em todos os aspectos: pedagógico, infraestrutura, administrativo, etc.). Assim, é necessário reavaliar os instrumentos e procedimentos de avaliação, de modo que seus resultados sejam efetivamente utilizados para a melhoria das atividades de



ensino, pesquisa, extensão e gestão. Propõe-se, portanto: Reestruturar a política de avaliação institucional (avaliação interna).

Há alguns aspectos pontuados no PEP que já foram regulamentados na universidade. Assim, é necessário orientar os professores e profissionais técnicos nos câmpus universitários sobre demandas apontadas no PEP que já foram integralmente ou parcialmente atendidas, de modo que tenham ciência dessas deliberações.

Contudo, dentre as demandas do PEP, bem como de demandas dos profissionais técnicos da educação superior, destacam-se os seguintes pontos que precisam ser discutidos, deliberados e regulamentados – proposições, referentes à garantia de paridade nos conselhos, isonomia na representatividade nos conselhos, isonomia entre os mandatos de DURA e DPPF, Garantir a respectiva paridade.

Estabelecer, nos conselhos superiores (CONEPE e CONSUNI), representação paritária entre os três segmentos - docente, PTES e discente. Estabelecer que cada campus tenha, no mínimo, um representante de cada segmento – docente, PTES e discente – nos conselhos superiores (CONEPE e CONSUNI). Estabelecer 4 anos de mandato para a DURA, sem reeleição, com mandato concomitante ao da DPPF do campus.

Em relação à qualidade de vida no trabalho, é necessário garantir que as atividades laborais sejam realizadas com maior qualidade de vida no ambiente de trabalho. Assim, propõe-se: Estabelecer políticas de qualidade de vida e valorização profissional.

No âmbito da carreira de docentes e PTES, garantir que as discussões em torno da garantia de direitos sejam estendidas para as duas carreiras de modo unificado. Dessa forma, propõe-se: Alinhar as carreiras de docentes e PTES em lei complementar única.

As alterações são necessárias para que a Unemat responda com maior rapidez às demandas da comunidade acadêmica e ofereça cada vez mais uma estrutura onde os processos financeiros sejam assertivos, ágeis e transparentes.

A alteração da duração do mandato da DURA para 04 (quatro) anos com eleições concomitantes à DPPF faz-se necessária para que assim como é visualizado esse período como necessário para a DPPF e aos cargos eletivos do executivo como tempo necessário para o ciclo do processo de gestão que contempla o planejamento, organização, execução e controle das ações do gestor pode-se entender que esse tempo também se faz necessário para a DURA e não apenas 02 (dois) anos como os atuais.

Ainda deve-se levar em consideração a complexidade do cenário legal com um número considerável e mutável de leis, resoluções, portarias, acórdãos e instruções normativas que a DURA passa a lidar a partir da investidura no cargo, pois, como consta no Estatuto da Unemat, a concorrência para esse cargo é livre e o único fator limitante é a detenção de um curso superior (CONCUR, 2012). Sendo esse diretor provindo de qualquer das áreas de atuação da Unemat e com formação que não necessariamente seja específica em administração pública necessita de um período de ambientação, de composição, execuções e acompanhamento dos processos administrativos e financeiros. Os cenários político e econômico também se encontram desafiadores a um gestor público, pois sua atuação administrativa está totalmente ligada ao desenvolvimento das atividades do campus, que são referenciais básicos para que a DPPF e assessorias possam conceber, planejar e executar a bem do serviço



público as boas políticas para o bem comum e coletivo da unidade regional e da totalidade da Unemat.

Os diretores vivem em uma linha tênue entre a necessidade de ações de qualidade e os obstáculos financeiros e infraestruturais no ambiente acadêmico, em razão dos recursos financeiros limitados, na mesma medida em que há a necessidade de planejarem e atuarem no planejamento, organização e execução de todas as atividades fundamentais para o ensino público com qualidade e que garanta a relação entre a oferta e a demanda, a estrutura adequada e a funcionalidade para os três segmentos acadêmicos. Ainda é urgente transformações culturais na gestão pública. A eleição do diretor é um consenso da comunidade acadêmica. Esse cenário cultural de relações interpessoais é complexo e da mesma forma que ocorre com o ambiente legal precisa-se de um tempo de ambientação, conhecimento dos estilos de gestão, que varia conforme os autores, só para citar o autor Minicucci (1995) existem três tipos básicos: autocrática, permissiva e a democrática. E, considerando o cenário tecnológico, também vive-se um desafio à DURA, pois em um macroambiente ele precisa discutir e, se for o caso, prover meios para que sejam implantadas plataformas para a inserção do avanço tecnológico em situações que vão desde as substituições de servidores pela tecnologia até esta última na inserção no ensino. Já no microambiente ele precisa ser agente de proposição de sistemas virtuais, o que exige tempo, dedicação e comprometimento. Diante do exposto justifica-se tornar o mandato da DURA por um período de 04 (quatro) anos e as eleições podem ser realizadas juntamente com as eleições para DPPF.

Contudo diante da necessidade de pluralidade de oferecer diversas opções para a comunidade acadêmica, a proposta entende como necessária a não criação de chapas eleitorais, pois para o melhor atendimento das necessidades dos câmpus é relevante a maior diversidade de ideias. Ainda sobre as eleições de diretores tanto da DURA como DPPF essa tese propõe que as eleições sejam realizadas no segundo semestre do ano anterior ao ano da posse, pois com as eleições no primeiro semestre há um período de transição muito extenso com a possibilidade de interferência direta ou indireta na linha hierárquica da gestão entre os diretores eleitos em um momento importante de término das proposições e avaliações do diretor atual. Propõe ainda tornar a DURA responsável pela execução orçamentária e a DPPF permanecer na execução financeira como ordenador de despesas. Essa proposição justifica-se pela necessidade de regularizar institucionalmente uma situação que já ocorre nos documentos oficiais como nota de empenho emitido pelo Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso (FIPLAN), pois a DURA assina no espaço destinado ao responsável pela execução orçamentária e a DPPF no campo de ordenador de despesa, ou seja, estabelecer nas normas o que já ocorre na prática institucional. A divisão da execução orçamentária e financeira entre os diretores alinha-se com o intuito de segregação entre as funções quando da criação das atuais denominações de Diretoria de Unidade Regionalizada e Diretoria Político Pedagógico e Financeiro. Esse raciocínio se dá pela necessidade de alinhamento das estratégias administrativas entre os dois diretores, pois os processos de aquisição caminham pelo planejamento orçamentário, autorização orçamentária, ordenação de despesas e prestação de contas. A DPPF continua sendo o ordenador de despesa e para tal a DURA mesmo autorizando a execução orçamentária para a continuidade e execução do processo de aquisição a DPPF precisa autorizar a despesa. Diante do



exposto justifica-se a necessidade de dividir a execução orçamentária e financeira para as direções DURA e DPPF respectivamente.

EIXO 6 – POLÍTICA ESTUDANTIL

Institucionalizar e garantir a efetivação de plano de marketing dos cursos oferecidos.

Melhoria nas condições de permanência e de aproveitamento do ensino, através do desenvolvimento de ações contextualizadas que além de oportunizarem o acesso e inclusão na educação superior, garanta as condições necessárias para que o acadêmico possa participar efetivamente na vida da academia, favorecendo sua permanência bem-sucedida, levando em conta as necessidades dos Câmpus (ANDRÉS, 2011).

A oferta de auxílio alimentação pela universidade, mesmo tendo como objetivo principal oferecer as condições de permanência aos acadêmicos de baixa renda, os quais realmente se encontram em vulnerabilidade socioeconômico, encontra problemas na distribuição aos discentes, não sendo totalmente eficiente no seu objetivo principal. O maior problema na seleção de acadêmicos no programa de auxílios é a suscetibilidade a fraude de documentos comprobatórios por parte de acadêmicos e seus responsáveis que omitem ou distorcem informações a fim de pontuar mais perante o sistema da PRAE." Se aprovada a proposta de autonomia financeira na política estudantil, cada campus poderia discutir e decidir de acordo com a realidade da unidade e da quantidade de acadêmicos matriculados. A proposta visa dar maior eficiência ao art. 36º, VI do estatuto da UNEMAT, no qual determina que as Pró-Reitorias, órgãos diretamente ligados à Administração Central, supervisione, oriente, coordene, fiscalize, execute e proponha políticas e ações das seguintes atividades meio e atividades fins da UNEMAT, e garanta a assistência estudantil e assuntos comunitários para planejamento e execução de políticas permanentes de estímulo ao acesso à educação superior e garantia do ensino, pesquisa, extensão, de modo a evitar desestímulos e evasão.

Propósito de criar equipes em cada campus para acolhida dos ingressantes. Reformular a concessão de auxílios a acadêmicos de forma descentralizada. Hoje o percentual gasto com os mais de 16.000 acadêmicos em assistência estudantil varia de 0,6% a 0,8%, de um montante de 318 a 330 milhões, valor esse estimado para 2017, e representa os 2,4% da Receita Corrente Líquida do Estado, prevista para a UNEMAT. Se aprovada a proposição, a cada ano o valor investido em assistência estudantil será corrigido, de forma que o valor representasse um aumento de 0,2% até atingir 1,6% do orçamento da Universidade, garantindo assim políticas aos alunos já matriculados e aos calouros de cada curso. Diante das condições em que se encontram as unidades regionalizada, muitas localizadas em municípios desprovidos de transporte público, muitas das vezes em cidades nas quais se necessitam um meio de transporte para locomoção, e que devido as dificuldades, o acadêmico acaba desistindo de continuar na academia, acarretando maior evasão e conseqüentemente queda na demanda por curso.

Segundo a RESOLUÇÃO Nº 001/2017 – AD REFERENDUM DO CONSUNI, no qual aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI 2017 – 2021 da Universidade do Estado de Mato Grosso, no capítulo IV que trata das INFRAESTRUTURAS FÍSICA,



TECNOLOGICA E PATRIMONIAL da universidade, em relação à acessibilidade aos campus e às dependências, de um modo geral, os campus possuem linhas regulares de transporte coletivo, realidade essa que não é a mesma no município de Alta Floresta, o que se torna necessário um restaurante universitário dentro da universidade, como forma de fortalecer o ensino e garantir a demanda por ensino superior no município.

EIXO 7 – FINANCIAMENTO

Definir limite percentual para gastos com folha de pagamento.

Criar políticas de incentivos ao desenvolvimento de parcerias com entes públicos, pessoas físicas e jurídicas de direito privado, bem como comercialização de bens e produtos desenvolvidos no âmbito da universidade, para arrecadação de recursos financeiros ou não.

Necessário se garantir que as necessidades apontadas (no PEP, na avaliação institucional, etc.) sejam chegadas e definidas por prioridade, e efetivamente atendidas, em vez de se atender demandas não previstas, considerando a nova reestruturação. Isso se fará por meio da constituição de comissão para estudo das necessidades apontadas no PEP, elaborar lista de checagem de itens e realizar visitas nos câmpus para definição de prioridades com base na lista. Assim, propõe-se: Realizar levantamento das efetivas necessidades de infraestrutura e equipamentos, respeitando e cumprindo, no planejamento da universidade, com o atendimento dessas necessidades – a partir de tópicos apontados no PEP. Itens a serem averiguados: recursos multimídia, readequação da rede elétrica, coleta de resíduos laboratoriais, áreas de convivência, serviços de internet com qualidade (fibra óptica), renovação e realocação de acervo bibliográfico, ampliação de bibliotecas com salas de estudo e de pesquisa, salas para professores e projetos, auditório em todos os câmpus, laboratórios de acordo com a necessidade, áreas experimentais, instalação de aparelho de ar condicionado nas salas de aula, aquisição e manutenção de frota de veículos ou contratos de locação, infraestrutura física e manutenção de coleções científicas, solicitar doações de materiais apreendidos pela Receita Federal, providenciar infraestrutura para a realização de vídeo-conferência, verificar possibilidade de se instituir processos digitais (em vez de papel), aquisição de ônibus para transporte de servidores e alunos a reuniões, eventos, etc., substituir quadros-negros por lousa de vidro, aquisição de equipamentos para aulas de campo, estabelecer plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde e orgânicos, implementar rede intranet, entre outros.

Propõe participação dos professores e PTES contratados por tempo determinado como membros dos órgãos colegiados; descentralização regionalizada dos processos licitatórios; melhorias no sistema de comunicação, internet e laboratórios (biblioteca digital); maior autonomia financeira e orçamentária, com critérios de equidade e isonomia de recursos entre os diversos câmpus; programa de formação em serviço para gestores e profissionais em todos os níveis e instâncias; investimentos em infraestrutura; criação de políticas de qualidade de vida e valorização profissional e pessoal da comunidade acadêmica; mandato de 04 anos para o DURA, sem reeleição, concomitante com reitoria e DPPF; definição política e critérios para escolha dos Pró-Reitores; composição paritária nos Conselhos dos três segmentos: docentes, técnicos e discentes; definição das ações, atribuições e



competências de cada cargo na estrutura organizacional da UNEMAT; criação de equipes em cada campus para acolhida dos ingressantes; reformulação da concessão de auxílios aos acadêmicos de forma descentralizada; institucionalizar restaurante universitário e moradia estudantil,; criação de parceria com poder público local com vistas a oferta de espaço pedagógico para acolher os filhos de acadêmicos; Criação de ações para captar recursos financeiros externos juntos aos órgãos públicos e privados; desburocratização no processo de institucionalização de projetos e eventos sem ônus para a UNEMAT; previsão de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos e eventos de extensão.

Desenvolver mecanismos que possam criar ações para captar recursos financeiros externos juntos a órgãos públicos e privados. Nos Campus da UNEMAT é notória a demanda reprimida de infraestrutura básica e essencial para o funcionamento das atividades acadêmicas desenvolvidas. No entanto, as iniciativas basicamente focadas na busca de recursos financeiros externos, a qual na prática tem demonstrada ser ineficiente e insuficiente para corrigir tal deficiência comum em todos os centros universitários da instituição. Para tanto, a presente proposta indica a fixação de uma taxa de no mínimo 5,0% (cinco) do orçamento anual da UNEMAT, destinada exclusivamente à aplicação em infraestrutura física dos câmpus.

O montante financeiro anual certamente poderia auxiliar de forma decisiva na estruturação física de cada um dos centros universitários da UNEMAT. Essa medida certamente garante autonomia e reserva financeira própria direcionada essencialmente para solucionar as suas demandas por infraestruturas. Garantir através do CONSUNI, um percentual destinado a assistência estudantil, como moradia, alimentação, material didático, etc., de modo a assegurar que a universidade promova um ambiente propício a formação dos acadêmicos, principalmente aqueles que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica.



EXTRATO (SÍNTESE CONCLUSIVA DAS TESES LOCAIS QUE ORIGINARAM A TESE REGIONAL DE SINOP)

Eixo 1: Graduação

Proposição	Objetivos	Meta	Estratégia
1. 1.1 Readequar e organizar os currículos dos cursos de graduação de acordo com as diretrizes nacionais e legislações vigentes e as normativas dos conselhos de classe.	1. Adequar os currículos dos cursos às diretrizes e legislação vigente e às normas dos conselhos de classe, com a finalidade de tornar os cursos flexíveis e com mobilidade; 2. Assegurar nos currículos a formação técnica e humana, atendendo os objetivos de qualidade e habilidade profissional e competência e aptidão humanizadora.	1. Realizar adequação dos currículos em 100% dos cursos de graduação com início em 2018/2 e conclusão até 2020/2.	1. Potencializar os estudos e trabalhos dos NDEs e fortalecer a PROEG para atender as adequações curriculares. 2. Criar fóruns de discussões por cursos e áreas afins nos câmpus e expandindo para fóruns regionais.
2. Fixar a taxa de vestibular com um valor máximo de 5% do valor do salário mínimo vigente para os	1. Permitir uma maior participação no vestibular por parte dos concluintes do ensino médio, democratizando	1. Implantar para o vestibular 2018/2.	1. Alterar as normas que tratam das políticas do vestibular a partir de 2018/2.



candidatos em geral.	o acesso ao ensino superior. 2. Aumentar a demanda do curso oferecido significativamente.		
3. Oferecer apoio, acompanhamento e atendimento para a comunidade acadêmica, assegurando bem estar biopsicossocial no exercício da profissão e nas condições de estudo e formação.	1. Assegurar saúde física e mental da comunidade acadêmica, favorecendo melhor desempenho e permanência com sucesso.	1. Implantação dessa política em um prazo máximo de 1 ano a partir da validação do congresso.	1. Aprovação das alterações necessárias na legislação para implantação das políticas. 2. Criar centros de bem estar biopsicossocial em todos os câmpus. 3. Estabelecer convênios com entes públicos que atuam nas áreas.
4. Planejar de curto, médio e longo prazo a permanência, a criação e/ou remanejamento de cursos em todos os câmpus.	1. Estruturar a política de organização dos cursos, dos câmpus e do atendimento das demandas nos espaços geo-educacionais do Estado.	1. A partir da validação do 3º Congresso Universitário.	1. A metodologia desse estudo de demanda deverá ser definida através de CONEPE e, deverá ser aplicada da mesma forma em todos os câmpus e cidades que se enquadrarem nessa dificuldade de baixa demanda; 2. Estabelecer normas e procedimentos para levantamento de demanda, abertura ou remanejamento



			de cursos.
5. Ofertar pela UNEMAT cursos de Licenciatura, bacharelado e Tecnólogos superiores, podendo ofertar novos Curso de Graduação nas modalidades diferenciadas com critérios a serem estabelecidos.	1. Oferecer diversas modalidades de cursos de graduação nos câmpus para atender a demanda potencial do Estado	1. A partir da validação do 3º Congresso Universitário.	1. Criar comissão para estudos de demanda potencial respeitando as normas e procedimentos específicos.
6. Criar o Auxílio TCC - Trabalho de Conclusão de Curso com destinação específica para pessoas com fragilidade socioeconômica.	1. Apoiar o acadêmico na aquisição de materiais de consumo, deslocamento	1. Início imediato de estudos para implantação dessa política no prazo máximo de 1 ano.	1. Criação da política dentro da PROEG ou PRAE.
7. Criar editais para auxílio financeiro para realização de estágios obrigatórios fora de sede.	1. Ajudar financeiramente os acadêmicos que precisam realizar os estágios obrigatórios em outros locais.	1. Início imediato de estudos para implantação dessa política	1. Criação da política dentro da PROEG e PRAE.
8. Criar programas de estágios intercâmpus e	1. Oferecer estágios para alunos de outras IES e	1. Implementação imediata.	1. Criação da política dentro da PROEG.



interinstitucionais.	intercâmpus de forma dinâmica e desburocratizada.		
9. Criar auxílio alimentação para aulas de campo.	1. Ofertar diárias para alimentação para a comunidade acadêmica durante as atividades de aulas de campo, de um dia ou mais.	1. Implementação imediata	1. Criação da política dentro da PROEG
10. Organizar as disciplinas das matrizes dos cursos de graduação de acordo com as grandes áreas de conhecimento	1. Padronizar as áreas de conhecimentos dos diferentes câmpus e cursos da Unemat; Organizar o lotacionograma docente de acordo com as grandes áreas de conhecimento para a abertura dos próximos concursos.	1. Iniciar os estudos em 2018/1	1. Instituir comissão mista de conselheiros do CONEPE, CONSUNI, dos NDEs dos cursos de graduação e demais representatividades da comunidade acadêmica para sua elaboração.
11. 11.1 Criar a Modalidade de Cursos Rotativos, estabelecendo-se critérios para se realizar rotatividade de cursos (atendimento de demandas pontuais	1. Oferecer turmas de cursos “regulares” em núcleos pedagógicos e outros câmpus que não seja aquele que o curso está vinculado, visando reduzir a quantidade de vagas ociosas e atender às	1. Em todos os cursos de graduação da Unemat. 2. Instituir comissão ampliada para iniciar discussão e planejamento logo após aprovação no congresso. Metas: (1) reduzir as vagas	1. Instituir comissão mista de conselheiros do CONEPE e CONSUNI e demais representatividades da comunidade acadêmica para sua elaboração. 2. Para cursos com pouca procura já existentes: oferecer ingressos de um



<p>extracâmpus).</p> <p>11.2 Analisar a busca de cursos que pela realidade da região, como por exemplo: Colíder, setor de pecuária.</p> <p>11.3 Propor uma regionalização assim o Câmpus oferecerá cursos em um determinado raio de km para que os professores possam transitar entre esses locais com facilidade.</p>	<p>demandas pontuais de diversos municípios de Mato Grosso.</p> <p>2. Manter o interesse da comunidade local da universidade</p> <p>3. Melhorar a logística, o trânsito e o atendimento aos locais onde será oferecido o curso.</p>	<p>ociosas; (2) aumentar a relação ingressantes / concluintes; (3) aumentar a relação alunos/professor; (4) atender às demandas regionais com cursos de graduação que estão sem demanda em seus locais de origem</p> <p>3. Estabelecer critérios para a oferta de cursos para não prejudicar a vida acadêmica do professor e do curso ofertado.</p>	<p>mesmo curso de graduação em diversos locais do estado, com ingressos alternados, reduzindo a oferta do curso no câmpus ao qual ele está vinculado. Os ingressos permanecem sendo dois por ano, com isso, não existe a necessidade de contratação de mais professores além do quadro necessário para um curso “regular”. Para novos cursos: o curso deve ser vinculado a uma faculdade de um câmpus, na qual o professor deve realizar as atividades de extensão e pesquisa. As turmas são abertas em diversos municípios do estado, com um ou dois ingressos por ano, de acordo com a quantidade de docentes efetivos no curso.</p> <p>Em ambos os casos os custos de deslocamento e estadia dos professores nos cursos fora do câmpus de origem serão custeados</p>
--	---	---	---



			<p>pela UNEMAT ou com parceria com as prefeituras.</p> <p>3. Estudar a estrutura viária logística para poder regionalizar a oferta de cursos.</p>
12. Propor oferta de Cursos	<p>1. Garantir a demanda dos cursos;</p> <p>2. Garantir a oferta de curso na sede do câmpus universitário.</p>	<p>1. Instituir na Universidade comissões permanentes de acompanhamento da Oferta de Cursos;</p> <p>2. Construir uma política de avaliação de qualidade de oferta de cursos</p>	<p>1. Normatizar e institucionalizar a criação e remanejamento de cursos da Unemat;</p> <p>2. Planejar a curto, médio e longo prazo para criação e/ou extinção/remanejamento de cursos em todos os <i>câmpus</i>, de modo que possa haver uma adequação ao longo do processo, evitando a criação de cursos com pouca demanda e com estrutura precária;</p> <p>3. Para concretizar a abertura de um curso é necessário um número mínimo de salas (no mínimo uma sala por semestre + 2), laboratórios de pelo menos até a metade do curso;</p> <p>4. Nos câmpus onde houver a</p>



			<p>migração de cursos para outra localidade (como no caso de Colíder), garantir que para cada curso que saia, seja ofertado continuamente, pelo menos dois cursos de turma única e/ou EAD, garantindo sempre 2 turmas para cada curso que saiu;</p> <p>5. A oferta de turmas fora de sede deverão observar as mesmas condições dos câmpus;</p> <p>O planejamento deve ser elaborado de maneira sistematizada, levando em conta por ex: Pesquisa de demanda, de absorção dos profissionais, etc. Sugiro consulta a pesquisa realizada pelos professores do curso de geografia de Colíder no processo de transferência para Sinop;</p> <p>6. Fortalecer a qualidade dos cursos presenciais sem abrir cursos fora de sede.</p>
13. Aperfeiçoar a Política	1. Acompanhar, propor	1. PROEG, PRAE, câmpus	1. Articulação da CPA com a gestão



de avaliação institucional	intervenções na realidade apresentada.		dos câmpus para efetivação de ações pedagógicas conectadas com a política de formação continuada
14. Instituir política de Marketing da universidade e dos cursos oferecidos.	1. Maior divulgação do vestibular - Marketing da universidade e dos cursos oferecidos.	1. Implantação imediata após plano de Marketing definido.	1. Elaborar plano de Marketing para a Universidade.
15. Reformular o sistema de ingresso no vestibular para que o candidato possa optar por dois cursos.	1. Possibilitar maiores chances de ingresso a universidade em áreas de afinidade do ingressante.	1. Implantação imediata.	1. Elaborar critérios que atendam tanto o ingressante quanto o ofertante.
16. Propor formas de Ingresso e Permanência dos acadêmicos.	1. Fomentar e Garantir o ingresso e permanência dos Alunos na Universidade.	1. Criar de forma institucionalizada para todos os cursos que a Universidade oferta políticas de ingresso e permanência.	1. Construção de uma proposta de divulgação do vestibular - Marketing da universidade e dos cursos oferecidos, com a inserção dos alunos bolsistas no processo, visita a outros municípios; 2. Elaborar um sistema de seleção unificada para ingresso em cursos da UNEMAT, utilizando a nota do vestibular, sem escolha de



			<p>curso/campus;</p> <ol style="list-style-type: none">3. Vestibular de ingresso gratuito para alunos de escola pública e alunos de escolas privados que tiveram bolsa de estudos em tempo integral;4. Taxa de inscrição do Vestibular não ultrapasse 5% do valor do salário mínimo vigente;5. Ingresso através de análise do histórico escolar e entrevista, melhores notas nas olimpíadas. (Bancas qualificada para seleção de ingresso);6. Elaborar um sistema de seleção unificada da UNEMAT (SISU);7. Para permanência oferecer estruturas de apoio para os alunos, principalmente para os recém-ingressantes. O que a universidade faz para atender aos acadêmicos ingressantes econômica e socialmente desfavorecidos? Ou que programas dão conta da inserção universitária,
--	--	--	---



			<p>cuidando da transição da cultura escolar da educação básica para o hábito acadêmico?</p> <p>8. Ofertar cursos de núcleo básico comum (1 ano) para todos os cursos de um campus, para alunos da escola pública, disponibilizando o número de vagas entre as escolas públicas do município, por exemplo, 50 vagas por entrada, com bolsa por um ano, após esse tempo o aluno escolhe qual curso do campus quer fazer;</p> <p>9. Fazer convênios com prefeituras/empresas de transporte público, pontos/linhas de ônibus que ligam os bairros aos <i>Câmpus</i>.</p> <p>10. Isenção do vestibular pelo programa federal CAD único (cadastro único) que já é utilizado de isenção de concursos federais e considera família de baixa renda até 3 salários mínimos e não apenas 2 salários mínimos</p>
--	--	--	--



			como são os atuais para a isenção do vestibular.
17. Implementar política de formação docente continuada associada à avaliação institucional	1. Fortalecer o mecanismo de avaliação institucional docente;	1. Melhorar a qualidade do quadro docente, a partir de políticas de qualificação obrigatória para professores com conceito insatisfatório reiterados na avaliação institucional;	1. Caso professores tenham conceito insatisfatório em duas avaliações institucionais consecutivas, deverão ser encaminhados pela coordenação do curso para um programa de qualificação docente, visando a realização de cursos de atualização profissional na área didática.
18. Fortalecimento das políticas afirmativas	1. Garantir o acesso e a permanência dos alunos Ingressantes pelas políticas afirmativas	1. PROEG: do ingresso ao término do curso.	1. Instituir política de acompanhamento dos ingressantes por políticas afirmativas do início ao término do curso.

Eixo 2: Pós-Graduação

Proposição	Objetivos	Meta	Estratégia
1. 1.1 Ofertar Pós-graduação lato sensu paga, concedendo bolsa para acadêmicos advindos de	1. O valor recolhido será destinado ao Campus ofertante, fomentando a demanda de cada setor de acordo com suas necessidades	1. Implantação após estudos de viabilidade, regulamentação e aprovação nos	1. Utilizar 100% do recurso para manutenção, custeio e investimento nos programas, não podendo ser aplicados para pró-



instituições públicas, privadas com FIES ou com bolsa integral. 1.2 Oferta de pós-graduação stricto sensu (Mestrado profissional) paga, concedendo bolsa para acadêmicos advindos de instituições públicas, privadas com FIES ou com bolsa integral.	(Graduação, pós-graduação e infraestrutura).	conselhos.	labore e bolsas.
1.3 Fortalecer a oferta de pós-graduação lato sensu. Quando for paga, 50% dos recursos devem ser exclusivos para estruturação dos cursos	Fortalecimento dos programas de pós-graduação voltados aos profissionais das diversas áreas.	Implantação a partir de 2018, após estudos de viabilidade, regulamentação e aprovação nos conselhos.	Reestruturar a Fundação de Apoio para administrar financeiramente a execução de cursos de pós-graduação lato sensu e projetos; Regulamentação e aprovação pelos conselhos.
1.4 Fortalecer a pós-graduação	Fortalecimento dos programas de pós-graduação voltados aos profissionais das diversas áreas.	Implantação a partir de 2018, após estudos de viabilidade, regulamentação e aprovação nos conselhos.	Reestruturar a Fundação de Apoio para administrar financeiramente a execução de cursos de pós-graduação lato sensu e projetos; Regulamentação e aprovação pelos conselhos.
2. 2.1 Propor políticas de apoio aos	1. Fortalecer os Programas de pós-graduação lato e stricto sensu da	1. Fortalecimento e democratização dos	1. Garantir dotação orçamentária junto ao governo do estado.



<p>Programas de pós-graduação lato e stricto sensu da UNEMAT.</p> <p>2.2 Normatizar a criação de cursos pós-graduação.</p>	<p>UNEMAT;</p> <p>2. Atender a demanda de continuidade de formação dos graduados de diferentes câmpus;</p> <p>3. Reservar 10% das vagas para alunos PEC, ou seja, alunos especiais, em regime matrícula especial nos cursos de pós graduação</p>	<p>Programas de Pós-Graduação;</p> <p>2. Nos próximos 3 anos; PRPPG Implementação Imediata.</p>	<p>2. Normatizar e acelerar o processo de criação e aplicação de cursos de pós-graduação Lato e Stricto Sensu.</p>
<p>3. Estabelecer uma política de credenciamento ou descredenciamento nos programas de pós-graduação.</p>	<p>1. Fortalecer e democratizar o acesso de professores na pós-graduação.</p>	<p>1. Implantação dessa política em um prazo máximo de 2 anos.</p>	<p>1. Aprovação das alterações necessárias na legislação para implantação das políticas.</p>
<p>4.</p> <p>4.1 Ofertar Pós-graduação stricto sensu – mestrado no formato 3T (modular no período de férias) nas áreas de gestão, administração e educação.</p> <p>4.2 Ofertar pós-graduação stricto sensu – mestrado no formato modular no período de férias.</p>	<p>1. Esse formato traria para a Universidade nos períodos de férias acadêmicas, outra clientela, sendo profissionais da área da educação e administrativa, que buscam formação continuada e que o único tempo disponível são esses períodos de férias acadêmicas e escolares.</p>	<p>1. Implantação em até 2 anos, após estudos de viabilidade tanto quanto a legalidade e qualidade.</p>	<p>1. Regulamentação e aprovação pelos conselhos.</p>



<p>5. Criar mecanismos que garantam a mesma qualidade de ensino (recursos humanos, infraestrutura, etc) na graduação e na pós-graduação.</p>	<p>1. Garantir que todos os professores deem aulas na graduação, inclusive aqueles que estão na pós-graduação;</p> <p>2. Abolir a dispensa de disciplinas na graduação devido à orientação na pós-graduação;</p> <p>3. Garantir a qualidade tanto da pós-graduação quanto da graduação;</p> <p>4. Garantir pelo menos que 02 disciplinas sejam ministradas na graduação.</p>	<p>1. Em todos os câmpus da Unemat.</p> <p>2. Instituir comissão ampliada para iniciar discussão e planejamento logo após aprovação no congresso.</p>	<p>1. Instituir comissão mista de conselheiros do CONEPE, CONSUNI, dos NDEs dos cursos de graduação e demais representatividades da comunidade acadêmica para se rever a Resolução 14/2012-CONSUNI.</p>
--	--	---	---

Eixo 3: Pesquisa

Proposição	Objetivos	Meta	Estratégia
------------	-----------	------	------------



<p>1. Garantir ao PTES participar de projetos de pesquisa e/ou extensão e/ou cultura e/ou ensino, de acordo com o Plano de Trabalho/cronograma de atividades do Projeto.</p>	<p>1. Incentivar a participação de PTES efetivamente nos projetos.</p>	<p>1. Propiciar que PTES possam atuar a partir de 2018 em projetos.</p>	<p>1. Instituir de imediato, comissão para discussão e planejamento após o congresso. Alterar/criar a legislação que trata do assunto. 2. Regulamentar que PTES optantes pela jornada de trabalho de 40h possam se dedicar 10h em atividades de projetos.</p>
<p>2. Instituir Política para manutenção de equipamentos de pesquisa e coleções científicas e didáticas.</p>	<p>1. Manter os equipamentos funcionando. 2. Manter e conservar as coleções.</p>	<p>1. Prever, a partir de 2018, no orçamento da Universidade recurso para manutenção de equipamentos de projetos de pesquisa e coleções.</p>	<p>1. Garantir que os recursos não sejam do orçamento do Câmpus</p>
<p>3. Criar política para garantir a Infraestrutura necessária para execução das atividades dos grupos de pesquisa.</p>	<p>1. Viabilizar o intercâmbio entre pesquisadores da UNEMAT com outros pesquisadores, bem como melhorar as condições de trabalhos dos pesquisadores.</p>	<p>1. Criar, a partir de 2018, políticas para o fortalecimento dos grupos de pesquisa.</p>	<p>1. Garantir junto ao governo do estado e instituições privadas, aporte financeiro para melhoria da infraestrutura e abertura de editais internos.</p>



<p>4. Criar políticas para captação de recursos externos em âmbito nacional e internacional.</p>	<p>1. Orientar e estimular a elaboração de projetos de pesquisa com vistas a garantir a captação de recursos externos nacionais e internacionais.</p>	<p>1. A partir de 2019</p>	<p>1. Constituir equipe de consultores no âmbito da Instituição. 2. Criação de um sistema de informação que contenha todas as pesquisas já realizadas e em atividade na instituição. 2. Criar estrutura e equipe multidisciplinar para prospecção de recursos para projetos de pesquisa</p>
<p>5. Ampliar e fortalecer políticas para fomentar os projetos, grupos, programas, núcleos e centros de pesquisa.</p>	<p>1. Estimular, incrementar, fortalecer e fomentar as pesquisas na Universidade; 2. Estimular a interação entre pesquisadores de áreas afins; 3. Criar normas para parcerias público/privada 4. Valorizar os grupos de pesquisas da instituição que tenha produtividade.</p>	<p>1. Implantação das políticas até 2019, com previsão no orçamento da universidade</p>	<p>1. Criar e aprovar regulamentação das políticas nos conselhos 2. Promover seminários locais/regionais, por grande área de conhecimento, para socializar e fomentar a criação de grupos de pesquisa inter câmpus e interdisciplinares 3. Estimular parceria público/privado para o desenvolvimento de pesquisas e fomento de bolsas.</p>



Eixo 4: Extensão e Cultura

Proposição	Objetivos	Meta	Estratégia
1. Criar espaços de convivência dentro dos câmpus para implementação de projetos de extensão.	1. Fortalecimento das atividades de extensão e cultura	1. Implantação em todos os câmpus da Unemat	1. Regulamentação e aprovação pelos conselhos e representantes dos acadêmicos (CA's e DCE) 2. Buscar parcerias com instituições públicas/privadas.
2. Incentivar a prática desportiva na Universidade, promovendo com periodicidade a Olimpíada Universitária.	1. Fortalecimento das atividades de extensão, cultura e prática esportiva na Universidade.	1. Implementar a partir de 2018. Periodicidade de 3 anos	1. Alteração da normativa acadêmica para incluir a justificativa de faltas para a participação em eventos esportivos promovidos pela universidade, ou como representante da instituição em eventos externos; 2. Alterar o projeto institucional de Olimpíada Universitária para prever a periodicidade de 3 anos; 3. Incluir o evento no



			<p>calendário acadêmico;</p> <p>4. Dar ampla publicidade ao evento, com pelo menos um semestre de antecedência;</p> <p>5. Garantir de todo o evento seja gravado;</p> <p>6. Convidar as mídias locais (Escrita, Radio, TV) a realizar a cobertura do evento.</p>
<p>3.</p> <p>3.1. Criar políticas que visem o fomento da extensão universitária junto à comunidade para apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais das comunidades, com ações de extensão, pesquisa e inovação.</p>	<p>1. Fortalecimento da extensão universitária;</p> <p>2 Estimular, incrementar e fomentar as atividades de Extensão e Cultura na Universidade.</p>	<p>1. Políticas devem ser criadas e implementadas em até 2 anos após estudos e análise da viabilidade;</p> <p>2 Políticas devem ser criadas até 2018;</p> <p>3 Criar políticas institucionais de fomento à Extensão e Cultura na Unemat que possam contemplar os Técnicos, Docentes, Discentes e parcerias com outros grupos ou instituições de âmbito externo que desenvolvem atividades afins.</p>	<p>1. Regulamentação e aprovação pelos conselhos; Diagnósticos de demandas, criação de núcleos de extensão, regulamentação e aprovação pelos conselhos;</p> <p>2. Possibilidade de Técnicos Administrativos da Educação Superior atuar em Projetos de Extensão e Cultura;</p> <p>3. Possibilitar que o Técnico</p>



			<p>Administrativo possa participar dos projetos de Extensão e Cultura, de acordo com o Plano de Trabalho/cronograma de atividades do Projeto;</p> <p>4. Apoio e auxílio financeiro da Universidade aos jogos universitários e eventos sociais criados e organizados pelos acadêmicos ou associações atléticas acadêmicas (Regulares) internos (em seus respectivos câmpus) ou externos (região ou estado);</p> <p>5. Ampliação, implantação e melhoria das praças esportivas nos câmpus da Universidade buscando parcerias público/privada;</p>
--	--	--	---



			<p>6. A criação de uma resolução que possibilite a regularização das atléticas e dos eventos organizados por elas;</p> <p>7. Criação do projeto de extensão de cursos pré-vestibular nos <i>câmpus</i> voltados a priori para a comunidade carente, com o objetivo de aproximar os acadêmicos da docência, conseqüentemente divulgar os cursos, dessa forma possibilitar os vestibulandos a vivenciar o cotidiano da universidade;</p> <p>8. Realizar mostras artísticas e culturais, tais como: seminários, festivais, parcerias diretas com artistas regionais.</p>
--	--	--	---



<p>3.2. Criar políticas que visem o fomento da extensão universitária junto à comunidade para apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais das comunidades, com ações de extensão, pesquisa e inovação.</p>	<p>1. Fortalecimento da extensão universitária;</p> <p>2. Estimular, incrementar e fomentar as atividades de Extensão e Cultura na Universidade</p>	<p>1. Políticas devem ser criadas e implementadas em até 2 anos após estudos e análise da viabilidade;</p> <p>Políticas devem ser criadas até 2018;</p> <p>2. Criar políticas institucionais de fomento à Extensão e Cultura na Unemat que possam contemplar os Técnicos, Docentes, Discentes e parcerias com outros grupos ou instituições de âmbito externo que desenvolvem atividades afins.</p>	<p>1. Regulamentação e aprovação pelos conselhos; Diagnósticos de demandas, criação de núcleos de extensão, regulamentação e aprovação pelos conselhos; Possibilidade de Técnicos Administrativos da Educação Superior atuar em Projetos de Extensão e Cultura;</p> <p>2. Possibilitar para que o Técnico Administrativo possa dedicar 10 (dez) horas semanais dentro das 40 horas para participar dos projetos de Extensão e Cultura;</p> <p>3. Apoio e auxílio financeiro da Universidade aos jogos universitários e eventos sociais criados e</p>
--	---	---	--



			<p>organizados pelos acadêmicos ou associações atléticas acadêmicas (Regulares) internos (em seus respectivos câmpus) ou externos (região ou estado);</p> <p>4. Ampliação, implantação e melhoria das praças esportivas nos câmpus da Universidade buscando parcerias público/privada;</p> <p>5. A criação de uma resolução que possibilite a regularização das atléticas e dos eventos organizados por elas;</p> <p>6. Criação do projeto de extensão de cursos pré-vestibular nos <i>câmpus</i> voltados a priori para a comunidade carente, com o</p>
--	--	--	--



			<p>objetivo de aproximar os acadêmicos da docência, consequentemente divulgar os cursos, dessa forma possibilitar os vestibulandos a vivenciar o cotidiano da universidade;</p> <p>7. Realizar mostras artísticas e culturais, tais como: seminários, festivais, parcerias diretas com artistas regionais.</p>
<p>4. Criar políticas de financiamento de cursos de extensão</p>	<p>1. Possibilitar aprimoramento de técnicas atuais de estudos nas diversas áreas de atuação da universidade, a partir da promoção de cursos de extensão com participação de profissionais da própria IES, e expertise de outras instituições parceiras.</p>	<p>1. Implantação imediata após a aprovação dos conselhos superiores.</p>	<p>1. Buscar parcerias com agências de fomento, assim como outras instituições.</p>
<p>5. Criar política de Integração dos acadêmicos</p>	<p>1. Diferencial da instituição quando da escolha e</p>	<p>1. Os câmpus teriam que propor parcerias com as empresas para</p>	<p>1. Criação de um Sistema de Integração dos acadêmicos</p>



<p>e egressos, com o Ambiente corporativo e empreendedor.</p>	<p>permanência dos vestibulandos e acadêmicos na Unemat;</p> <p>2. Auxiliar os acadêmicos no atendimento de seus objetivos como egressos seja na continuidade da vida acadêmica e maior número de cursantes na pós-graduação, ou no encontro de colocação no mercado de trabalho formal e no empreendedorismo;</p> <p>3. Fortalecer as empresas júniores.</p>	<p>que estas disponibilizem suas vagas aos egressos.</p> <p>2. Nos câmpus precisaria disponibilizar espaço e equipamentos para incubadoras de empresas.</p>	<p>e egressos com o ambiente empresarial- universidade, que possa reunir o maior número possível de informações sobre pós-graduações, vagas de emprego e empreendedorismo;</p> <p>2. Os câmpus precisariam estabelecer parcerias com empresas e instituições para oferta de vagas, como <i>trainneer</i> e outros;</p> <p>3. Independente da fonte de criação do sistema, as informações necessárias devem ser providas pelas partes interessadas.</p>
<p>6. Regularizar a Escola de Extensão com a oferta de cursos de Aperfeiçoamento e Lato Sensu como ação de</p>	<p>1. Implementar política de extensão com a oferta de cursos de aperfeiçoamento e lato sensu</p>	<p>1. A partir de 2019</p>	<p>1. Regularizar junto aos conselhos superiores</p>



extensão, conforme Política Nacional de Extensão Universitária.			
---	--	--	--

Eixo 5: Gestão

Proposição	Objetivos	Meta	Estratégia
1. 1.1 Estabelecer que no mínimo 5,0% do orçamento anual da UNEMAT será destinada infraestrutura física dos Câmpus. Investir em infraestrutura	1. Obter sustentação financeira para investimento em infraestrutura física nos câmpus da IES. 2. Garantir dotação financeira e orçamentária para melhorias constantes nos aspectos infraestruturas dos câmpus; 3. Garantir investimento de no mínimo de 2% do total do repasse anual para a universidade.	1. Todos os Câmpus da IES serão contemplados com recursos financeiros para atendimento da demanda por infraestrutura. Tal medida deve ter contemplada no orçamento do ano de 2018. 2. Assegurar que os câmpus da Unemat tenham infraestruturas adequadas e necessárias para o cumprimento de sua missão	1. Cumprimento da medida validada no Estatuto e Conselhos da IES. 2. Definir critério e planejamento reais, discutidos com docentes, discentes e PTES. 3. Instituir políticas de investimentos para os câmpus.
1.2 Estabelecer dotação orçamentária anual da Unemat para infra-estrutura	1. Atender as demandas de infraestrutura dos câmpus	1. Atender todos os câmpus, a partir de 2018	1. Cumprimento da medida validada no Estatuto e Conselhos da IES.



física dos câmpus			<p>2. Definir critério e planejamento reais, discutidos com docentes, discentes e PTES.</p> <p>3. Instituir políticas de investimentos para os câmpus.</p>
2. Propor programa de formação em serviço para gestores e profissionais em todos os níveis e instâncias.	1. Promover programas de formação continuada em todos os níveis e instâncias.	1. Criação de Programas voltados para a formação em serviço.	1. Política de formação em serviço destinada aos profissionais da Unemat.
3. 3.1 Adequar o organograma da Unemat, alterando as estruturas locais de forma que apresente uma estrutura padrão para todos os câmpus, seguindo o modelo da estrutura do câmpus que possuir o maior número de setores, chefias e	1. Possibilitar maior isonomia para os servidores que muitas vezes desenvolvem trabalhos exatamente iguais em câmpus distintos e não têm os mesmos direitos, como nos casos de supervisores de recursos humanos ou financeiros, por exemplo, que em alguns câmpus recebem DGA e em	1. Alterar a legislação vigente imediatamente, possibilitando o tratamento igual de todos aqueles que desenvolvem as mesmas funções em todos os câmpus; 2. Realizar um levantamento efetivo e reorganizar o organograma da Unemat que possa atender todas as demandas regionais.	1. Alteração do organograma e alteração da lei que define o quantitativo de DGA's;. Readequar o atual (Res. 02/2012 CONSUNI); 2. Definir que o organograma institucional apresente uma estrutura organizacional padrão para todos os Câmpus, seguindo



<p>assessorias.</p>	<p>outros não; 2. Readequar o organograma da Universidade.</p>		<p>o modelo da estrutura do Campus que possuir o maior número de chefias e assessorias; 3. Alteração na estrutura organizacional da Universidade para a inclusão dos novos câmpus (Diamantino e Nova Mutum), além da redistribuição e alteração no número de diretorias e supervisões para garantir uma estrutura mínima com equidade entre as funções desempenhadas nos câmpus; 4. Definir um organograma mínimo para implementação/execução de quaisquer estruturas: Núcleos, turmas fora de sede, turmas especiais,</p>
---------------------	--	--	--



			<p>Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia (FAMMA) e outras modalidades de cursos que a Unemat tenha ou crie;</p> <p>5. Todas as supervisões, assessorias e diretorias ligadas às Pró-Reitorias possam ser ocupadas por PTES;</p> <p>6. Todas as supervisões, assessorias e diretorias ligadas às Pró-Reitorias sejam definidas pelo pró-reitor.</p>
<p>3.2. Adequar o organograma da Unemat alterando as estruturas locais de forma que apresente uma estrutura padrão para os câmpus conforme demanda elaborada por comissão</p>	<p>1. Possibilitar maior isonomia para os servidores que muitas vezes desenvolvem trabalhos exatamente iguais em câmpus distintos e não têm os mesmos direitos, como nos casos de supervisores de recursos</p>	<p>1. Alterar a legislação vigente imediatamente, possibilitando o tratamento igual de todos aqueles que desenvolvem as mesmas funções em todos os câmpus;</p> <p>2. Realizar um levantamento efetivo e reorganizar o organograma da</p>	<p>1. Alteração do organograma e alteração da lei que define o quantitativo de DGA's;</p> <p>2. Readequar o atual (Res. 02/2012 CONSUNI);</p> <p>3. Definir que o organograma institucional</p>



<p>específica</p>	<p>humanos ou financeiros, por exemplo, que em alguns câmpus recebem DGA e em outros não; 2. Readequar o organograma da Universidade.</p>	<p>Unemat que possa atender todas as demandas regionais.</p>	<p>apresente uma estrutura organizacional padrão para todos os Câmpus, seguindo o modelo da estrutura do Campus que possuir o maior número de chefias e assessorias; 4. Alteração na estrutura organizacional da Universidade para a inclusão dos novos câmpus (Diamantino e Nova Mutum), além da redistribuição e alteração no número de diretorias e supervisões para garantir uma estrutura mínima com equidade entre as funções desempenhadas nos câmpus; 5. Definir um organograma mínimo para implementação/execução de</p>
-------------------	---	--	---



			<p>quaisquer estruturas: Núcleos, turmas fora de sede, turmas especiais, Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia (FAMMA) e outras modalidades de cursos que a Unemat tenha ou crie;</p> <p>6. Todas as supervisões, assessorias e diretorias ligadas às Pró-Reitorias sejam ocupadas por PTES;</p> <p>7. Todas as supervisões, assessorias e diretorias ligadas às Pró-Reitorias sejam definidas pelo pró-reitor.</p>
<p>4. Mudar a Sede Administrativa para Cuiabá/Várzea Grande</p>	<p>1. Melhoria na logística, economia financeira em deslocamento de servidores, agilidade nos processos pela proximidade aos órgãos da</p>	<p>1. Estudo de Viabilidade com início imediato;</p> <p>2. Estabelecer um cronograma para que a Sede Administrativa mude para Cuiabá.</p>	<p>1. Criação de comissão para análise e regulamentação e aprovação dos conselhos;</p> <p>2. Mudança da sede Administrativa da Unemat</p>



	administração do Estado; 2. Mudar a Sede Administrativa da Unemat para Cuiabá.		para Cuiabá (Capital do Estado), ficará melhor localizada geograficamente e estará perto dos órgãos do Governo do Estado e de fomento, trâmites burocráticos, administrativos e políticos serão mais rápidos e eficientes.
5. Reorganizar a estrutura da Unemat acrescentando os novos câmpus (Diamantino e Nova Mutum).	1. Organizar o organograma da Instituição	1. Estudo de Viabilidade com início imediato	1. Criação de comissão para análise e regulamentação e aprovação dos conselhos
6. 6.1 Compor de forma paritária todos os conselhos e colegiados (33% cada segmento).	1. Garantir a participação e o direito de decisão de todos os segmentos; 2. Garantir a respectiva paridade e participação de todos os câmpus nos conselhos; 3. Assegurar no mínimo um representante de cada segmento de todos os câmpus	1. Alteração imediata das estruturas de conselhos e colegiados; 2. Para a próxima eleição dos conselhos; 3. Composição paritária nos Conselhos pelos três segmentos.	1. Alteração da estrutura dos conselhos superiores (Conepe e Consuni) e também dos colegiados, para garantir a paridade; 2. Instituir comissão para alterações necessárias na regulamentar a composição dos conselhos;



	nos conselhos superiores.		<ol style="list-style-type: none">3. Composição paritária dos três segmentos: Docentes, Técnicos e Discentes;4. No mínimo um representante de cada segmento de todos os <i>câmpus</i> nos conselhos superiores.
6.2 Compor de forma paritária todos os conselhos e colegiados (1/3 de cada segmento)	<ol style="list-style-type: none">1. Garantir a participação e o direito de decisão de todos os segmentos;2. Garantir a respectiva paridade e participação de todos os <i>câmpus</i> nos conselhos;3. Assegurar no mínimo um representante de cada segmento de todos os <i>câmpus</i> nos conselhos superiores.	<ol style="list-style-type: none">1. Alteração imediata das estruturas de conselhos e colegiados;2. Para a próxima eleição dos conselhos;3. Composição paritária nos Conselhos pelos três segmentos.	<ol style="list-style-type: none">1. Alteração da estrutura dos conselhos superiores (Conepe e Consuni) e também dos colegiados, para garantir a paridade;2. Instituir comissão para alterações necessárias na regulamentar a composição dos conselhos;3. Composição paritária dos três segmentos: Docentes, Técnicos e Discentes;4. No mínimo um representante de cada



			segmento de todos os câmpus nos conselhos superiores.
7. Garantir a representação de todos os câmpus, em cada segmento nos conselhos superiores	1. Garantir a participação de pelo menos 01 representante de cada segmento (docentes, PTES e discentes) de cada campus nos conselhos.	1. Alteração imediata das estruturas de conselhos.	1. Alteração da estrutura dos conselhos superiores (Conepe e Consuni), para garantir a representação de todos os segmentos de cada campus.
8. Possibilitar que os professores e Profissionais Técnicos da Educação Superior, nos Campus participem de mais de um órgão Colegiado local.	1. Garantir o número de conselheiros necessários para composição dos diferentes órgãos colegiados nas unidades regionalizadas.	2. Composição e funcionamento dos diversos órgãos deliberativos nos câmpus.	1. Mudança no Estatuto; 2. Mais pessoas participarem do processo de decisão na Universidade.
9. Possibilitar a participação dos professores e PTES contratados por tempo determinado como membros dos órgãos colegiados respeitando o vigor do contrato e direito a voto nos	1. Garantir a participação de professores e profissionais PTES contratados nos órgãos colegiados e processos decisórios (garantia do direito a voto)	1. Promoção do princípio da gestão democrática, da autonomia e protagonismo dos diferentes segmentos que formam a UNEMAT.	1. Mudança do Estatuto



processos eleitorais nas diferentes instâncias deliberativas, desde que não tenha servidores efetivos.			
10. Descentralizar os processos licitatórios	1. Criar setores descentralizados para as licitações.	1. Descentralização dos processos licitatórios por regiões.	1. Criar núcleos licitatórios regionalizados.
11. Instituir política de capacitação dos servidores e padronização dos procedimentos realizados em todas as unidades.	1. As padronizações terão que ser aplicadas e usadas e em caso de não cumprimento, os não executores serão responsabilizados pelo descumprimento.	1. Até 2018	1. A capacitação deve ser implementada pelas pró-reitorias, realizando cursos e seminários de capacitação e atualização. 2. Até 1 ano após estudo e verificação da viabilidade.
12. Regulamentar o regime de TIDE/DE	1. Possibilitar regime de TIDE somente aos docentes em atividades de ensino, pesquisa, extensão ou gestão.	1. Após aprovação de relatório final do congresso nos conselhos.	1. Regulamentar no CONSUNI e CONEPE
13. Instituir política para ocupação de cargos e funções das carreiras dos PTES e docentes	1. Regulamentar os cargos, funções e atividades de responsabilidades dos PTES e docentes.	1. Reduzir o número de docentes ocupando cargos de atividades meio. Implantação em até dois anos após a aprovação nos Conselhos.	1. Estudos de cargos e funções Regulamentação nos Conselhos.



			2. Redefinir lotacionograma/ funcionograma.
14. Possibilitar que todos servidores da carreira da Unemat, com titulação mínima de Mestre se candidatem aos cargos de Reitor e Vice-Reitor.	1. Garantir o direito de todos os servidores concorrerem a esses cargos com isonomia; 2. Alterar legislação vigente na Unemat para concorrer ao Cargo de Reitor e Vice.	1. Mudança do estatuto para permitir a todos os servidores da unemat, ampliando a possibilidade para que PTES se candidatem a esses cargos.	1. Alteração do Art. 30, 34 e demais necessários do Estatuto e/ou qualquer legislação que trata sobre o assunto; 2. Ser servidor efetivo da carreira da Unemat; Ou ser somente docente efetivo da carreira da Unemat (Legislação vigente); 3. Titulação mínima de Mestre (Legislação vigente).
15. Possibilitar a realização de concurso público pontual para suprir vagas oriundas por morte e/ou exoneração e por vacância de aposentadoria.	1. Manter um quadro de servidores efetivos, sem a necessidade de realizar grandes concursos	1. Implantação imediata, após estudos e análise da viabilidade.	1. Regulamentação e alteração em possíveis legislações.
16. Alterar o mandato de Diretor Administrativo para	1. Visando um mandato com tempo mais adequado para um	1. Aplicação nas próximas eleições; 2. Em todos os câmpus para as	1. A eleição para a DURA deverá ser concomitante



<p>04 anos, sem reeleição; Definir o Mandato concomitante com o da reitoria e DPPF; Realizar as eleições no segundo semestre do ano anterior ao da posse.</p>	<p>planejamento administrativo e sua execução;</p> <p>2. Garantir isonomia entre as diretorias administrativas e pedagógicas (DURA/DPPF) do Câmpus;</p> <p>3. Para que a DURA possa acompanhar o ciclo de gestão de planejamento, organização, execução e controle das ações realizadas com o mesmo prazo já entendido necessário para a DPPF e mandatos eletivos do poder executivo;</p> <p>4. Para ambientar-se e desenvolver um trabalho satisfatório em um cenário legal, político, econômico, cultural e tecnológico complexos e mutáveis que envolvem a gestão;</p> <p>5. As eleições concomitantes à</p>	<p>próximas eleições;</p> <p>3. Nos mandatos da DURA e DPPF dos câmpus e em eleições da DURA e DPPF;</p> <p>4. Com isso será possível um percentual de melhoria em 50% no trabalho já que os ciclos de gestão não ficarão incompletos;</p> <p>5. Realizar adequação de prazo de mandato de Cargo eletivo devido pouco tempo para o desenvolvimento das atividades inerentes ao Cargo.</p>	<p>com eleição de Reitor e DPPF, porém em separado (não em chapa);</p> <p>2. Eleição em separado da DURA e DPPF, sem composição de chapa;</p> <p>3. Aprovação no congresso universitário;</p> <p>4. Alterar o estatuto.</p>
---	---	---	---



	DPPF, mas sem a criação de chapas eleitorais proporcionarão o pluralismo político e de ideias; 6. As eleições no segundo semestre do ano anterior minimizarão as possíveis influências diretas ou indiretas dos diretores eleitos nas ações de término da gestão dos diretores atuais.		
17. Criar políticas de atualização e modernização de toda infraestrutura da universidade	1. Padronizar, melhorar e modernizar as infraestruturas dos ambientes da universidade (salas de aula, laboratórios, secretarias, etc.).	1. Implantação em até 2 anos, após estudos e análise da viabilidade	1. Regulamentação e aprovação pelos conselhos
18. Criar infraestrutura para prática esportiva em todos os campi	1. Para incentivar a prática esportiva nos campi de toda a comunidade acadêmica, melhorando assim a qualidade de vida.	1. Prazo de início para 2 anos.	1. Realizando um planejamento baseado no fundo de investimentos de infraestrutura
19. Estabelecer políticas inovadoras para a oferta de	1. Garantir que a oferta de cursos atenda as demandas	1. Instituir equipe especializada para iniciar discussão e	1. Instituir comissão mista de conselheiros do CONEPE,



cursos	potenciais de formação superior.	planejamento logo após aprovação no congresso.	do CONSUNI e demais representatividades da comunidade acadêmica para sua elaboração. Integrar ensino e políticas de Universidade com as escolas de nível médio para ingressar na Universidade.
20. Reestruturar câmpus que não mais ofertarem cursos regulares (oferta contínua), de modo que sejam ofertados no mínimo 2 cursos de modalidades diferenciadas presenciais	Garantir que a estrutura física seja utilizada para atender demandas específicas de modalidades diferenciadas presenciais	Em todos os câmpus e cursos de graduação da Unemat. Instituir equipe especializada para iniciar discussão e planejamento logo após aprovação no congresso.	Instituir equipe especializada para sua elaboração. Aplicar estudos de demanda potencial para oferta de ensino superior.
21. Instituir o Regimento Interno, com o objetivo de regulamentar as atividades setoriais e padronizar procedimentos administrativos/pedagógicos.	1. Definir responsabilidades e atribuições das unidades setoriais (o que lhe compete e o que deve fazer) e os requisitos funcionais para o profissional ser lotado na respectiva unidade setorial (perfil profissional e se é	1. Juntamente do processo de reestruturação. 2. Reitoria e em todos os câmpus e núcleos da Unemat, compreendendo docentes e técnicos. 3. Instituir comissão ampliada para	1. Instituir comissão mista de conselheiros do CONEPE, do CONSUNI e demais representatividades da comunidade acadêmica para sua elaboração.



	função de nível superior, médio ou fundamental); 2. Garantir coerência tanto na realização das atribuições das unidades setoriais como em relação à qualificação dos PTES para desempenhá-las.	iniciar discussão e planejamento logo após aprovação no congresso.	
22. Possibilitar abertura das bibliotecas aos sábados.	1. Garantir atendimento ampliado das bibliotecas em todos os câmpus, considerando que sábado é dia letivo.	1. Em todos os câmpus da Unemat. 2. Instituir comissão ampliada para iniciar discussão e planejamento logo após aprovação no congresso.	1. Instituir comissão mista de conselheiros do CONEPE e CONSUNI e demais representatividades da comunidade acadêmica para sua elaboração.
23. Melhorar o sistema de comunicação, internet e laboratórios (biblioteca digital), com a implementação de um PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação.	1. Garantir a instalação, manutenção e inovação das estruturas de tecnologia da informação e comunicação; 2. Fortalecer interação professor/aluno; Facilitar, para os alunos e professores, as aulas a distância;	1. Em todas as unidades a partir de 2019/1	1. Constituir equipe técnico /administrativo/pedagógica, para parametrização das necessidades Implementação em conjunto com DATI/SPD dos câmpus



	<p>3. Otimização de recursos (tele/videoconferência) Melhoria da organização dos processos internos; 4. Criar novas plataformas de interação.</p>		
<p>24. Criar unidade setorial de engenharia, obras, infraestrutura e segurança no trabalho.</p>	<p>1. Criar setores específicos para melhoria da instituição</p>	<p>1. Instituir comissão para planejamento e implementação a partir de 2018</p>	<p>1. Estabelecer equipe de profissionais da área; Adequar as Leis de carreira e as normatizações internas para possibilitar a criação dos setores com o apoio das Empresas Juniores</p>
<p>25. Institucionalizar e garantir a efetivação de plano de marketing e valorização da identidade UNEMAT</p>	<p>1. Maior divulgação das ações e estratégias da UNEMAT; Criação e padronização da identidade visual da UNEMAT.</p>	<p>1. Instituir e estruturar equipe de trabalho de marketing para iniciar planejamento de ações após aprovação no congresso; Estabelecer uma identidade visual padronizada, com as ações e estratégias da equipe de marketing.</p>	<p>1. Instituir e estruturar equipe de trabalho de marketing para iniciar planejamento de ações após aprovação no congresso 2. Realizar feiras de profissões</p>
<p>26. Criar e estabelecer políticas de qualidade de</p>	<p>1. Garantir que as atividades laborais sejam realizadas com</p>	<p>1. Em toda a Unemat.</p>	<p>1. Criar equipes multiprofissionais nos</p>



vida e valorização profissional e pessoal da comunidade acadêmica.	maior qualidade de vida no ambiente de trabalho.		câmpus visando a qualidade de vida e valorização da comunidade acadêmica: docentes, PTES e discentes; Concurso para profissionais para atuação nas áreas de saúde e esporte
27. Alinhar as carreiras de docentes e PTES em lei complementar única, respeitando as especificidades de cada carreira.	1. Garantir que os direitos sejam estendidos para as duas carreiras de modo unificado.	1. Propor alteração das leis complementares de PCCS de docentes e PTES, a partir de 2018.	1. Instituir comissão mista de conselheiros do CONEPE, do CONSUNI, Reitoria e demais representatividades da comunidade acadêmica para sua elaboração.
28. Viabilizar procedimentos licitatórios de maneira a proporcionar o maior desconto no produto final em detrimento do pagamento pela locação, no fornecimento dos serviços de cantina e	1. O desconto em refeições/lanches e cópias/impressões proporcionará redução dos gastos dos acadêmicos. Além do fato de o valor, depositado na conta única, raramente retornar ao Câmpus.	1. Implantação imediata, a partir do próximo edital. 2. Próximo semestre.	1. Implementação de práticas inovadoras nas Contratações na UNEMAT, buscando inspirações em outras instituições.



cópias/impressões.

Eixo 6: Política Estudantil

Proposição	Objetivos	Meta	Estratégia
1. Implantar política de criação e manutenção de moradia estudantil	<ol style="list-style-type: none">1. Auxiliar na permanência de acadêmicos de baixa renda oriundos de outras cidades ou da zona rural;2. Ofertar alojamentos masculinos e femininos, além dos dormitórios, as unidades deveram possuir salas de estudo, refeitórios, banheiros, lavanderias etc.	1. A partir de 2019	1. Levantamento de recursos via Instituições Públicas e/ou Privadas.
2. Fortalecer e ampliar a oferta de auxílios alimentação e moradia, e das bolsas de ensino, pesquisa, extensão e estágio, garantindo um quantitativo fixo mínimo de auxílios para os Câmpus.	<ol style="list-style-type: none">1. Proporcionar melhores condições para que o acadêmico possa desenvolver melhor suas atividades2. Assegurar um número mínimo de acadêmicos contemplados em cada	1. No mínimo dobrar o número de auxílios e bolsas, nos próximos 5 anos, a partir de 2019, contemplando todos os Câmpus.	<ol style="list-style-type: none">1. Ampliar a cada ano em 20% em relação ao ano anterior.2. Realizar estudo de demanda de Bolsa Apoio e Monitoria.3. Definir através de resolução interna o quantitativo mínimo de cada Câmpus.



	Campus.		4. Criar uma comissão (docentes, PTEs e discentes) dentro dos Conselhos para discutir esse quantitativo.
3. Fortalecer a política de concessão de bolsas	1. Retomar a concessão de Bolsa Apoio e Bolsa Monitoria	1. A partir de 2019, contemplando todos os Câmpus	1. Realizar estudo de demanda de Bolsa Apoio e Monitoria. 1. Ampliar a cada ano em 20% em relação ao ano anterior.
4. 4.1 Criar Parcerias para oferta de espaço pedagógico de acolhida de filhos de toda a comunidade acadêmica.	1. Possibilitar ao acadêmico com filhos cursar sua graduação.	1. De acordo com as necessidades dos câmpus.	1. Firmar parcerias com a rede municipal de educação infantil; 2. Criação de projetos permanentes ou de extensão para o atendimento no período de estudo da mãe acadêmica e que este espaço seja no câmpus; 3. Criar um espaço de convivência para filhos da comunidade acadêmica da universidade.
4.2 Instituir política de acolhimento	1. Criação de acordo com as	1. Implantação em até 02	1. Criação de acordo com as



familiar para implantação de espaço.	necessidades dos câmpus.	anos após estudos	necessidades dos câmpus 2. Criar parceria com poder público local para oferta de espaço de acolhida de filhos da comunidade acadêmica
5. Criar um Programa de Apoio Educacional, contemplando o Atendimento Pedagógico e o Atendimento Biopsicossocial	1. Amparo Psicológico, Social e Pedagógico à Comunidade Acadêmica.	1. Iniciar estudos e análises da viabilidade, após o referendo dos Conselhos. Implantação em até 2 anos	1. PRAE criar uma Comissão para realizar o estudo e propor a melhor forma de implantar essa política; 2. A PRAE e PROEG, criar equipe multidisciplinar qualificada, composta pelos três segmentos (docentes, PTEs e discentes) para viabilizar a implantação nos Câmpus
6. Fomentar a criação de auxílios para Intercâmbio, TCC e estágios.	1. Viabilizar a realização de intercâmbios, TCC e estágios, sejam eles entre intercâmpus, nacional ou internacional.	1. Início imediato de estudos para implantação dessas políticas no prazo máximo de 01 ano.	1. Criar uma Comissão para realizar o estudo e propor a melhor forma de implantar essa política.
7. 7.1 Implantar restaurante	1. Auxiliar na permanência de acadêmicos	1. Início de estudos de viabilidade em 2018	1. Levantamento de recursos via Instituições Públicas e/ou



universitário.			Privadas
7.2 Implantar restaurante universitário.	1 Auxiliar na permanência de acadêmicos	1 Iniciar estudos para criação do RU e implantação após estudos	1 Levantamento de recursos via Instituições Públicas e/ou Privadas
7.3. Implantar política de avaliação alternativa para o fornecimento de alimentação para a comunidade acadêmica	1 Auxiliar na permanência de acadêmicos	1 Início de estudos de viabilidade em 2018	1 Levantamento de recursos via Instituições Públicas e/ou Privadas
8. Criar política de acolhida e permanência estudantil	1. Incentivar que os ingressantes conheçam a instituição e suas normativas acadêmicas.	1. Implantação em todos os cursos da UNEMAT, a partir de 2019.	1. Criar equipes em cada Câmpus para fazer acolhida dos ingressantes.
9. Propor política de financiamento para desenvolvimento das atividades complementares (Aulas de campo, museus, teatros, cinemas)	1. Possibilitar o desenvolvimento da formação integral.	1. Durante o período de formação acadêmica.	1. Destinação de dotação orçamentária e autonomia financeira.

Eixo 7: Política de Financiamento

Proposição	Objetivos	Meta	Estratégia
1. Estabelecer um valor mínimo de 1% de	1. Garantir as condições	1. Estabelecer o fundo	1. Realizar estudos pelos



investimento em assistência estudantil	para permanência do discente na IES durante seu curso de formação.	em 2018/2.	conselhos superiores para determinar o valor de investimento aplicado anualmente. 2. Regulamentar a aplicação do recurso através dos conselhos superiores.
2. Estabelecer que no mínimo 5,0% do orçamento anual da UNEMAT seja destinada a infraestrutura físicas da universidade.	1. Obter sustentação financeira para investimento em infraestrutura física da universidade.	1. Implementar a disponibilidade financeira em 2018/2.	1. Cumprimento da medida validada no Estatuto e Conselhos da IES; 1. Discussão e aprovação de resolução via CONSUNI.
3. Normatizar a política de prestação de serviços, bem como, de comercialização de bens e produtos desenvolvidos no âmbito da universidade.	1. Dar visibilidade das ações desenvolvidas pela comunidade acadêmica	1. Até 2019	1. Criando uma comissão para realizar o estudo e propor a melhor forma de institucionalizar essas políticas. 1. Por meio das Fundações.
4. Definir limite percentual para gastos com folha de pagamento	1. Garantir margem para investimento e custeio.	1. Reitoria e CONSUNI. 2. Instituir comissão ampliada para iniciar discussão e	2. Discussão e aprovação de resolução via CONSUNI.



		planejamento logo após aprovação no congresso.	
5. Viabilizar levantamento para o fornecimento de espaço adequado para que os(as) acadêmicos(as) que tem filhos possam deixá-las(os) no período de aula. Realizar levantamento e garantir criação e implantação de (RU) Restaurante Universitário e moradia estudantil nos câmpus	1. Melhorar o desempenho acadêmico das mães que muitas vezes precisam faltar às aulas porque não tem com quem deixar seus filhos. 2. Garantir a permanência dos alunos	2. Até dois anos após aprovação dos conselhos	1. Instituir comissão mista de conselheiros do CONEPE, do CONSUNI e demais representatividades da comunidade acadêmica para sua elaboração. 2. Instituir parcerias com município ou mesmo os pais onde as crianças tivessem onde serem cuidadas..
6. Custear a instalação e manutenção de equipamentos de pesquisa e coleções científicas. Solicitar recursos fora do orçamento anual com medida de urgência.	1. Implementar a contrapartida da universidade com reserva orçamentária para tais ações 2. Fazer estudo financeiro com urgência para destinar os recursos sem prejuízo ao orçamento do	1. Implantar após estudos de viabilidade financeira, em cada câmpus que desenvolve projetos e programas de pesquisas 2. Implantar após estudos de viabilidade financeira, em cada	1. Regulamentação e aprovação pelos conselhos 2. Solicitar diretamente a reitoria os recursos e a verba destinada diretamente ao projeto.



	câmpus.	câmpus que desenvolve projetos e programas de pesquisas.	
7. Propor política institucional de financiamento para desenvolvimento de Extensão	1. Garantir aporte financeiro próprio da UNEMAT para fomento dos projetos de extensão.	1. Ampliação do acesso a maior número de extensionistas.	1. Possibilitar que extensionistas (graduados, mestres e doutores) possam institucionalizar projetos de extensão.



REFERÊNCIAS

- ANDRÉS, APARECIDA. ASPECTOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. Consultoria Legislativa da Área XV Educação e Cultura , Brasília, DF – 2011.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Estatuto da Unemat. Resolução Nº 002/2012 – CONCUR
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Planejamento Estratégico Participativo (PEP): Relatório. Unemat: Cáceres, 2015.
- Habel, J. C., Gossner, M. M., Meyer, S. T., Eggermont, H., Lens, L., Dengler, J., & Weisser, W. W. Mind the gaps when using science to address conservation concerns. *Biodiversity and Conservation*, v. 22, n. 10, p. 2413-2427, 2013.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Planejamento Estratégico Participativo (PEP): Relatório. Unemat: Cáceres, 2015.
- UNEMAT. Estatuto da Unemat. Resolução Nº 002/2012 – CONCUR
- _____. Relatório da Gestão 2002-2010. UNEMAT para todos. Cáceres: Universidade do Estado do Mato Grosso, 2010.
- _____. **Relatório da Gestão 2002-2010. UNEMAT para todos.** Cáceres: Universidade do Estado do Mato Grosso, 2010.
- _____. **Portal do 3º Congresso da Unemat.** <http://portal.unemat.br/congresso-universitario> – “Participar, Propor, Consolidar” – Acesso em 20/04/17.
- CONCUR (Conselho Curador). Resolução Nº 002/2012. Homologa o Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Disponível em http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/curador/3151_res_curador_2_2012.pdf. Acesso em 26/04/2017.
- MINICUCCI, Agostinho. **Psicologia Aplicada à Administração.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- _____. Planejamento Estratégico Participativo (PEP): Relatório. Unemat: Cáceres, 2015.
- _____. Caderno de teses do II Congresso Universitário. Unemat: Cáceres, 2008.
- _____. **Relatório da Gestão 2002-2010. UNEMAT para todos.** Cáceres: Universidade do Estado do Mato Grosso, 2010.
- _____. RESOLUÇÃO Nº 002/2012 – CONCUR. Homologa o Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Cáceres: Universidade do Estado do Mato Grosso, 2012.